



RELATÓRIO TRIMESTRAL · DF 2T2026

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Serviço Federal de Processamento de Dados

INDICADORES-CHAVE DO PERÍODO

RECEITA BRUTA

R\$ 3,33 bi▲ +40,7%
vs. R\$ 2,36 bi (1S2025)

LUCRO LÍQUIDO

R\$ 824 mi▲ +148,9%
vs. R\$ 331 mi (1S2025)

MARGEM BRUTA

54,1 %▲ +6,1 pp
vs. 48,0% (1S2025)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS · 2º TRIMESTRE 2026

Sumário

DEMONSTRAÇÕES PRINCIPAIS

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	4
Demonstrações dos Valores Adicionados	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional	7
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	10
3. Políticas contábeis, gestão de risco cambial e correção de erros	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	13
5. Clientes	15
6. Créditos diversos	17
7. Despesas antecipadas	17
8. Ativo mantido para venda	18
9. Imobilizado	18
10. Intangível	19
11. Consignações	20
12. Obrigações a pagar	21
13. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	21
14. Participação nos lucros ou resultados	22
15. Dividendos e juros sobre capital próprio	22
16. Créditos tributários – Ativo Circulante	22
17. Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante	23
18. Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante	23
19. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais	24
20. Benefícios a empregados	28
21. Arrendamento	30
22. Risco cambial	32
23. Patrimônio líquido	35
24. Resultado do exercício	37
25. Partes relacionadas	50
26. Outras notas explicativas	53
27. Condições específicas do Serpro	55
28. Serpro como Agente Executor de Políticas Públicas	56

Balanços Patrimoniais

Ativo	NE	Jun/2026	Dez/2025	Passivo	NE	Jun/2026	Dez/2025
Circulante		4.367.122	3.675.940	Circulante		1.577.765	1.671.512
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.350.756	2.523.497	Consignações	11	96.244	106.318
Créditos a receber		1.974.835	1.081.449	Tributos e encargos sociais	17	151.886	120.335
Clientes	5	1.468.537	786.156	Depósitos diversas origens		1.256	1.158
Créditos tributários	16	334.818	191.781	Obrigações a pagar	12	1.123.042	1.127.743
Ressarcimento de pessoal	25.2.3	52.118	55.303	Arrendamentos a Curto Prazo		200.280	315.958
Créditos diversos a receber	6	119.362	48.209	Instrumentos Financeiros		5.057	0
Outros Ativos		146	90	Não Circulante		1.865.326	1.910.964
Ativos mantidos para venda	8	20.131	20.131	Obrigações tributárias	18	72.592	67.943
Despesas Antecipadas		21.254	50.773	Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	19	774.686	770.467
Não Circulante		2.821.650	2.969.540	Benefícios pós-emprego	20	320.104	298.866
Realizável a longo prazo		815.887	903.075	Outras obrigações		9.175	496
Depósitos judiciais e recursais	19	331.672	376.162	Arrendamentos a Longo Prazo		688.769	773.192
Ressarcimento de pessoal	25.2.3	293.827	290.725	Patrimônio Líquido		3.745.681	3.063.004
Créditos tributários diferidos		55.981	106.379	Capital		1.786.196	1.786.196
Créditos realizáveis a longo prazo	25.1.1	134.364	129.766	Reservas		1.261.275	1.261.989
Outros ativos		43	43	Reservas de reavaliação	23	89.003	89.717
Investimento		259	228	Reservas de lucros	23	200.483	200.483
Imobilizado	9	1.940.965	1.996.815	Reservas de retenção	23	971.789	971.789
Intangível	10	64.539	69.422	Dividendos adicionais propostos	23	0	0
				Outros resultados abrangentes	23	8.653	14.819
				Lucros/Prejuízos acumulados	24	689.557	0
Total do Ativo		7.188.772	6.645.480	Total do Passivo		7.188.772	6.645.480

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL — 30/06/2026 (R\$ MI)



**ATIVO
TOTAL**
= Passivo total



**PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**
dez/2025: 3.063



**CAIXA E
EQUIVALENTES**
dez/2025: 2.523



IMOBILIZADO
dez/2025: 1.997

em R\$ milhões

Demonstrações dos Resultados

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Receita operacional líquida	3.034.307	2.051.403
Custo dos serviços prestados	(1.394.062)	(1.066.581)
Lucro bruto	1.640.245	984.822
Despesas/Receitas operacionais	(852.866)	(738.390)
Despesas com vendas	(74.284)	(49.401)
Despesas gerais e administrativas	(769.791)	(693.755)
Perdas Líquidas com créditos a receber	(8.422)	7.580
Outras despesas e receitas operacionais	(369)	(2.814)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	787.379	246.432
Resultado financeiro	132.643	123.738
Receitas financeiras	189.691	146.049
Despesas financeiras	(57.048)	(22.311)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	920.022	370.170
Imposto de renda e contribuição social	(95.687)	(38.921)
Correntes	(44.266)	(38.297)
Diferidos	(51.421)	(624)
Lucro líquido do exercício	824.335	331.249

em R\$ mil

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

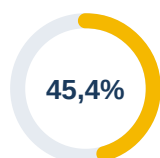
	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Resultado Líquido do Período	824.335	331.249
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(6.166)	8.614
Instrumentos Financeiros (liq. tributos)	29	478
EFPC Serpros (liq. tributos)	(2.178)	(130)
PAS/Serpro (liq. tributos)	287	104
Programa de Demissão (liq. tributos)	13	8.162
Derivativos Cambiais (liq. tributos)	(4.317)	0
Resultado Abrangente no Período	818.169	339.863

em R\$ mil

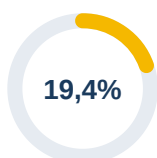
Demonstrações dos Valores Adicionados

Geração do Valor Adicionado	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Receitas	3.267.170	2.274.518
Receita Operacional Bruta	3.325.483	2.363.393
Resultado com créditos a receber	(8.422)	7.580
Descontos Concedidos	(4.398)	(403)
Vendas Canceladas	(45.493)	(96.052)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)		0
Insumos adquiridos de terceiros	(647.902)	(402.678)
Valor adicionado bruto	2.619.268	1.871.840
Retenções	(253.238)	(176.049)
Depreciações e Amortizações	(224.148)	(116.976)
Resultados com Ações Judiciais	(29.090)	(59.073)
Valor adicionado líquido	2.366.030	1.695.791
Recebido de terceiros	189.691	146.049
Valor adicionado total a distribuir	2.555.721	1.841.840
Distribuição do valor adicionado	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	1.159.702	1.114.318
Governo (Impostos e Contribuições)	495.478	364.486
Capitais de Terceiros	76.206	31.787
Capitais Próprios	824.335	331.249
Atualização dividendos e JCP ano anterior	0	0
Dividendos e JCP anterior ano atual	135.492	98.966
Dividendos Adicionais Propostos	0	0
Demais valores - Realização da Reserva	(714)	(624)
Lucros Retidos	689.557	232.907
Valor adicionado total distribuído	2.555.721	1.841.840

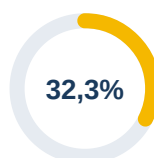
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO — 1º SEMESTRE 2026



EMPREGADOS
1.159.702 de 2.555.721



GOVERNO
495.478 (impostos)



ACIONISTA
824.335 (lucro)



TERCEIROS
76.206 (juros)

em R\$ mil

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Atividades Operacionais	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Lucro antes da tributação do IR e CS	920.022	370.170
Depreciação e amortização	224.148	116.976
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.422	(7.580)
Provisão para acordo coletivo de trabalho	0	52.203
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	11.396	7.847
Provisões benefício pós-emprego	19.074	25.681
Resultado de softwares desenvolvidos	(3.195)	(3.498)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(264.308)	(46.154)
Receitas Financeiras	(4.598)	(4.897)
Resultado com provisões administrativas da imunidade tributária	27.007	60.354
Juros e variações cambiais de arrendamento	790	0
Provisão para perda esperada com outros créditos	0	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	369	2.814
Lucro ajustado	939.128	573.916
Variação em ativos e passivos operacionais	(531.233)	(771.710)
Contas a Receber	(404.788)	(540.845)
Pessoal a Pagar	77.287	47.163
Fornecedores	(61.500)	(118.164)
Provisões administrativas da imunidade tributária	(32.636)	(88.278)
Outras variações do imobilizado	22.866	50.984
Outras variações patrimoniais	(132.461)	(122.570)
Obrigações tributárias, líquidas	(182.035)	(102.442)
Depósitos Judiciais e Recursais	44.490	(4.561)
Ativos Mantidos para Venda	0	0
Adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outros	5.084	(15.567)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.674)	(11.606)
Juros Pagos	4.815	9.425
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	396.037	(199.975)
Atividades de Investimento	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Imobilizado	(176.144)	(101.948)
Intangível	(7.311)	(5.100)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(183.454)	(107.048)
Atividades de Financiamento	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(184.434)	(401.194)
Arrendamentos	(200.890)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(385.324)	(401.194)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período	(172.741)	(708.217)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	2.523.497	1.924.576
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	2.350.756	1.216.359

Linhas recuadas compõem o subtotal imediatamente acima. Subtotais e totais são apurados sobre os valores em reais e convertidos para R\$ mil apenas na apresentação, podendo diferir em até R\$ 1 mil da soma das linhas exibidas.

FLUXOS DE CAIXA — 1º SEMESTRE 2026 (R\$ MI)



**LUCRO
AJUSTADO**
1S2025: 574



**CAIXA
OPERACIONAL**
1S2025: (200)



INVESTIMENTOS
imob. + intang.



FINANCIAMENTOS
divid. + arrend.

em R\$ milhões

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas		Lucros	Resultados	Patrimônio			
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31/12/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899
Lucros/Prejuízos líquidos	0	0	0	0	0	331.249	0	331.249
Realização de Res. de reavaliação	0	(624)	0	0	0	624	0	0
Dividendos Adicionais Pagos	0	0	0	0	(228.532)			(228.532)
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(98.966)	0	(98.966)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	8.613	8.613
Saldo em 30/06/2025	1.786.196	90.253	162.730	432.933	0	232.907	35.244	2.740.263
	Reservas		Lucros		Resultados	Patrimônio		
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31/12/2025	1.786.196	89.717	200.483	971.789	0	0	14.819	3.063.004
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	824.335	0	824.335
Realização de Res. de Reavaliação	0	(714)	0	0	0	714	0	0
Dividendos e JCP Creditados	0	0	0	0	0	(135.492)	0	(135.492)
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	(6.166)	(6.166)
Saldo em 30/06/2026	1.786.196	89.003	200.483	971.789	0	689.557	8.653	3.745.681

NOTA 1

Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do País. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e

NÚMEROS-CHAVE

R\$ 824,3 mi

Lucro líquido — 1º semestre 2026

R\$ 755 mi

Lucro histórico — exercício 2025

NATUREZA JURÍDICA

Empresa Pública de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF.

MARCOS LEGAIS

Lei 4.516/1964
Criação do SERPRO

Lei 5.615/1970
Regência da empresa

Lei 6.404/1976
Sociedades por Ações

Lei 13.303/2016
Lei das Estatais

NOTA 1 (continuação)

se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. É o protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo Brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

A estrutura patrimonial do SERPRO é um reflexo direto de sua atuação estratégica. Por operar Data Centers 24/7 e desenvolver tecnologias próprias para o Estado, a empresa concentra seu patrimônio em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, a necessidade de manter essa infraestrutura e garantir a segurança da informação gera despesas operacionais significativas, que moldam a composição de suas demonstrações contábeis.

Agente estratégico do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas

No primeiro semestre de 2026, a Empresa alcançou um lucro líquido de R\$ 824,3 milhões, resultado que reafirma a solidez e a trajetória de crescimento observada no fechamento do exercício de 2025, quando registrou um lucro histórico de R\$ 755 milhões. Esse desempenho financeiro recorrente não apenas atesta a eficiência operacional da organização, mas consolida sua posição como o principal agente executor da Estratégia Nacional de Governo Digital. A robusta geração de resultados no período constitui o lastro fundamental que permite viabilizar políticas públicas de alta complexidade e impacto social, convertendo a saúde financeira em investimentos diretos na modernização do Estado brasileiro e na operação de soluções de tecnologia de alta criticidade e elevada demanda transacional.

Para sustentar essa entrega de valor, a gestão técnica dos ativos imobilizados e intangíveis é orientada para garantir a resiliência ininterrupta dos centros de dados e a soberania digital sobre as informações críticas da Administração Pública Federal, operando sob rigorosos protocolos de segurança cibernética e conformidade com a LGPD. Esse esforço de modernização estende-se ao compromisso com iniciativas ESG, contemplando eficiência energética e inclusão digital. Desta forma, a solidez patrimonial e a rentabilidade evidenciadas nestas demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2026 asseguram a perenidade de um modelo de negócio que traduz o valor econômico gerado em suporte ininterrupto às funções primordiais da República e em benefícios diretos para a sociedade brasileira.

Cumprir destacar que o Serpro reforçou sua atuação em soberania digital por meio da expansão da Nuvem de Governo, da arquitetura multinuvem e do avanço de projetos estruturantes do Estado Brasileiro. Entre esses projetos, destaca-se a implementação de soluções tecnológicas relacionadas à Reforma Tributária do Consumo, desenvolvidas com integração à Nuvem de Governo para assegurar soberania de dados, conformidade regulatória, alta disponibilidade e rastreabilidade dos processos.

Além disso, a Empresa deu continuidade à modernização do legado tecnológico, com a migração de sistemas antes suportados em ambiente mainframe para plataformas mais modernas e para a própria Nuvem de Governo. Esse movimento contribui para reduzir dependências tecnológicas, ampliar a escalabilidade, fortalecer a continuidade dos negócios e aprimorar a segurança, a inviolabilidade e a soberania dos dados da Administração Pública, sustentando a prestação contínua de serviços digitais essenciais ao Estado e à sociedade.

Decreto 8.945/2016 Regulamentação

FRENTES ESTRATÉGICAS

Nuvem de Governo

Soberania de dados

Reforma Tributária

Governo Digital

Cidades.gov.br

CIN

PILARES DE ATUAÇÃO

- GOVERNO DIGITAL
- SOBERANIA DE DADOS
- SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- DATA CENTERS 24/7

REFERÊNCIA NORMATIVA

Atuação sob a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Estratégia Nacional de Governo Digital.

NOTA 1 (continuação)

Sazonalidade do Fluxo Financeiro

É importante considerar que a dinâmica financeira do setor público possui especificidades, como prazos diferenciados para execução orçamentária e fluxos de pagamento que podem impactar momentaneamente os resultados financeiros do Serpro, como por exemplo uma variação do estoque de Contas a Receber dos clientes públicos OGU (que representam a maior parte do faturamento), que acompanha a capacidade financeira dessas entidades.

A sazonalidade das receitas, fortemente influenciada pela execução orçamentária do Governo Federal, tem efeito direto na capacidade operacional da empresa ao longo do ano, tendo em vista que a maior parte da receita da empresa provém de contratos com entidades públicas. A sazonalidade, combinada com os efeitos dos indicadores macroeconômicos — como inflação, taxa de juros e restrições fiscais — pode comprometer a capacidade de investimento e custeio do Governo, impactando diretamente os negócios do SERPRO. A empresa, portanto, está sujeita a oscilações que exigem planejamento financeiro e estratégias de mitigação de riscos.

Desempenho Empresarial no Setor Público

Ao avaliar o desempenho de empresas públicas por indicadores fiscais, como superávit ou déficit primário, é necessária cautela para não interpretar como sinônimos conceitos que não o são — em particular, associar déficit a prejuízo.

Conforme [nota oficial](#) divulgada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o resultado primário das empresas estatais federais não dependentes, categoria em que se enquadra o Serpro, corresponde à diferença entre receitas e despesas apuradas no período, aí incluídos os investimentos. Essa apuração não considera os recursos que a empresa mantinha em caixa ao início do período nem eventuais receitas de financiamento.

Por essa razão, o resultado primário, isoladamente considerado, não constitui medida adequada da saúde financeira da companhia. É usual que empresas apresentem déficit primário ainda que com lucro crescente, quando aceleram investimentos em expansão ou modernização, ou quando distribuem resultados amparadas em recursos acumulados em períodos anteriores.

A situação econômico-financeira do Serpro até o 2º Trimestre de 2026 está evidenciada nas demonstrações que integram este documento — em especial no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e na Demonstração dos Fluxos de Caixa —, às quais se deve recorrer para essa avaliação.

Nota oficial: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, "Parte do déficit das estatais federais representa materialização de investimentos. Entenda!". Disponível em: www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/parte-do-deficit-das-estatais-federais-representa-materializacao-de-investimentos-entenda

NOTA 2

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou quando aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que as demonstrações representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade nas datas dos Balanços, além de prover, em conformidade com os respectivos normativos, informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras trimestrais de 2026, encerrado em 30 de junho, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 14 de agosto de 2026.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, com variações impactando diretamente o resultado do exercício. Os passivos de arrendamento também foram mensurados pelo valor presente das obrigações de pagamento, em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto o resultado do exercício quanto os Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas são apresentadas pelo valor líquido quando permitido pelas normas contábeis aplicáveis, especialmente quando há direito legal de compensação e intenção de quitar pelo valor líquido, conforme CPC 39.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a

BASE NORMATIVA

CPC

Pronunciamentos Contábeis

CFC

Conselho Federal de Contabilidade

CVM

Comissão de Valores Mobiliários

MOEDA FUNCIONAL

Real (R\$); valores em milhares, salvo indicação.

BASE DE

MENSURAÇÃO

● CUSTO HISTÓRICO

● DEPRECIAÇÃO LINEAR

● CUSTO AMORTIZADO

● VALOR JUSTO

● VALOR PRESENTE

Instrumentos financeiros e provisões a valor justo/presente; demais itens ao custo.

NOTA 2 (continuação)

movimentação do imobilizado e do intangível, pagamentos de dividendos e arrendamentos, respectivamente.

2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício é apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados detalhados por natureza.

2.8 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis relevantes e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1
Redução ao valor recuperável	5.1.1
Depreciação/Amortização	9 e 10
Provisões Judiciais e Administrativas	19
Benefícios a Empregados	20
Arrendamento	21

2.9 - Arrendamento

O SERPRO mantém contratos de arrendamento de ativos de tecnologia (superior a 12 meses), cujo objeto contempla a disponibilização de equipamentos de armazenamento e processamento de dados, destinados à modernização de sua infraestrutura, visando atender relevantes projetos nacionais.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos - as operações foram classificadas como arrendamento. Os ativos de direito de uso tiveram seu valor mensurado e o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor das parcelas contratuais futuras, descontadas à taxa incremental de financiamento estimada para o período.

A depreciação do ativo de direito de uso é reconhecida linearmente ao longo da vigência contratual, e os encargos financeiros do passivo foram apropriados ao resultado conforme o método do custo amortizado, observando-se o regime de competência.

A operação contribui para a modernização tecnológica e a continuidade das ações de suporte aos grandes projetos nacionais, como a Reforma Tributária.

2.10 Arredondamento

Os valores destas demonstrações financeiras e das notas explicativas são apurados em reais e convertidos para milhares de reais apenas na apresentação. Os subtotais e totais são calculados sobre os valores em reais e arredondados na última etapa, razão pela qual podem diferir, em até R\$ 3 mil, da soma das parcelas exibidas. Percentuais são calculados sobre os valores em reais e podem não totalizar 100% em razão de arredondamento.

NOTA 3

Políticas contábeis, gestão de risco cambial e correção de erros

3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis adotadas pelo Serpro na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas ao longo desta Nota Explicativa, em conjunto com as notas específicas relacionadas a cada grupo de contas.

Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudanças de políticas contábeis, tampouco foram identificados erros materiais de períodos anteriores que demandassem reapresentação das demonstrações financeiras, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Eventuais reclassificações efetuadas tiveram como objetivo apenas aprimorar a apresentação e a comparabilidade das informações, não afetando o resultado do período, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa anteriormente divulgados.

3.2 - Gerenciamento de risco cambial

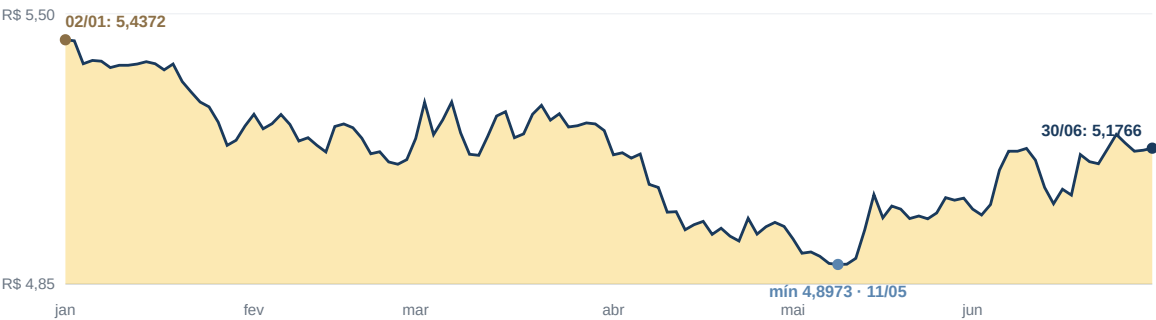
O risco cambial decorre da exposição do Serpro a obrigações e fluxos previstos em moeda estrangeira, originados predominantemente pela contratação de serviços junto a fornecedores internacionais. A exposição é acompanhada com base em projeções de desembolsos em moeda estrangeira e na evolução das condições de mercado.

A definição das ações de proteção é conduzida pelas áreas responsáveis pela Gestão Financeira e pela Controladoria, sob supervisão da administração, considerando a relação entre o custo da proteção e o grau de previsibilidade pretendido para o resultado e o caixa. As posições contratadas são revisadas em função de alterações na exposição ou nas condições de mercado.

A política de gestão de risco cambial, o portfólio de instrumentos em aberto e os respectivos valores justos estão apresentados na nota explicativa 22.

PTAX USD/BRL — 1º semestre de 2026

Cotação diária de fechamento (venda) · 122 observações · período coberto pelas demonstrações



Fonte: Banco Central do Brasil — Sistema de Séries Temporais (SGS), código 1 (PTAX Venda — USD).

5,1766

PTAX EM 30/06/2026

fechamento do semestre

-4,8%

VARIAÇÃO NO SEMESTRE

de R\$ 5,4372 em 02/01/2026

R\$ 5,4783

TX. MÉDIA PONDERADA NDF

posições em aberto (NE 22.3)

+5,8%

SPREAD NDF VS. PTAX FINAL

taxa contratada acima do
fechamento

NOTA 4

Caixa e equivalentes de caixa

FLUXOS DE CAIXA POR ATIVIDADE — 1º SEMESTRE 2026



Valores em R\$ milhões.

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras prontamente conversíveis e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Bancos	60.814	70.642
Aplicação financeira	2.289.942	2.452.855
Caixa e equivalente de caixa	2.350.756	2.523.497

O saldo de R\$ 2.351 milhões foi obtido ao longo dos exercícios pela geração de caixa do próprio negócio e está disponível para uso sem restrições de qualquer natureza com terceiros, como garantias bancárias e covenants em contratos.

4.1 Bancos contas movimento

A rubrica Bancos Conta Movimento passou de R\$ 70.642 mil em 31 de dezembro de 2025, para R\$ 60.814 mil em 30 de junho de 2026, equivalente a uma variação negativa de R\$ 9.828 mil (-13,91%) no período. A redução decorre, principalmente, de movimentações operacionais.

Da composição apurada em 30 de junho de 2026, 99,64% (R\$ 60.593 mil) referem-se ao saldo mantido em moeda estrangeira na conta da Empresa no Banco do Brasil em Nova Iorque/EUA. A manutenção desses recursos no exterior tem como finalidade atender a compromissos contratuais firmados em moeda estrangeira vinculados a projetos estratégicos, em montante suficiente para a cobertura dos desembolsos de curto prazo. Os saldos incrementais da conta são movimentados conforme os critérios internos de proteção cambial estabelecidos pela empresa em sua política.

Composição e evolução do saldo

Período (2º Trimestre/2026)	Total	BB Nova Iorque	% do Total
31/03/2026	54.556	53.485	98,04%
30/04/2026	54.082	53.595	99,10%
31/05/2026	61.422	58.520	95,28%
30/06/2026	60.814	60.593	99,64%

NOTA 4 (continuação)

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	BB Extramercado FAE Fundo Investimento Renda Fixa	CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	Saldo Acumulado
Saldo Inicial (31/12/25)	1.310.907	1.141.948	2.452.855
Aplicações	248.247	399.928	648.175
Resgates	(598.129)	(442.569)	(1.040.699)
Rendimento Líquido	36.842	31.834	68.676
Saldo Final (31/03/26)	997.867	1.131.140	2.129.007
Aplicações	664.739	272.063	936.801
Resgates	(297.220)	(527.791)	(825.011)
Rendimento Líquido	27.451	21.693	49.144
Saldo Final (30/06/26)	1.392.836	897.105	2.289.942
Rentabilidade nos últimos 12 meses	14,3969%	14,3447%	
Rentabilidade no ano	6,5848%	6,5414%	

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022 (aplicável às empresas públicas, as aplicações financeiras da Companhia observam limites prudenciais quanto à liquidez, concentração por emissor e composição de ativos de baixo risco), o saldo total está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB). Os fundos extramercado destinados às Empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

O decréscimo observado entre os meses de dezembro/2025 e março de 2026 se deu, principalmente, pelo pagamento de Dividendos à União - único acionista, ocorrido em março de 2026 (R\$ 179,6 milhões, mais atualização de R\$ 4,8 milhões), no pagamento de investimentos (R\$ 104,4 milhões) e de arrendamentos (R\$ 139,5 milhões). De março/2026 para junho/2026 houve manutenção do caixa com acréscimo de 7,6%, sobretudo pelo aumento nos recebimentos de clientes.

4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, determinados valores foram reclassificados entre os grupos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, sem impacto na movimentação líquida de caixa do período, como créditos tributários e recebimento de clientes.

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2.266.252	1.421.159
Ressarcimento de pessoal requisitado	118.149	111.793
Rendimento de aplicações financeiras	147.891	104.481
Outros recebimentos	125.650	92.110
Tributos e encargos	(143.133)	(114.133)
Pessoal e encargos	(1.538.185)	(1.365.605)
Sentenças judiciais	(2.623)	(78.887)
Pagamentos a fornecedores	(577.964)	(370.893)
Caixa líquido das atividades operacionais	396.037	(199.975)
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(183.454)	(107.048)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(183.454)	(107.048)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(184.434)	(401.194)
Pagamento de passivo por arrendamento	(200.890)	0
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(385.324)	(401.194)
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa	(172.741)	(708.217)
Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa	2.523.497	1.924.576
Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa	2.350.756	1.216.359

NOTA 5

Cientes

R\$ 1,56 bi

CRÉDITOS A RECEBER

vs. R\$ 876,6 mi em dez/2025 (+78,1%)

R\$ 1,47 bi

SALDO LÍQUIDO NO BALANÇO

após perdas de R\$ 92,8 mi

5,9%

COBERTURA DE PERDAS

10,3% em dez/2025 — ver item 5.1

Os valores relacionados aos clientes não possuem componente significativo de financiamento, Créditos a receber decorrem de contratos com clientes governamentais e privados, com prazos compatíveis com a execução orçamentária e financeira desses entes, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

NOTA 5 (continuação)

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Créditos a faturar	497.935	211.921
Créditos a receber de clientes a vencer	549.611	518.445
Vencidos até 30 dias	296.451	32.274
Vencidos de 31 a 60 dias	56.127	12.479
Vencidos de 61 a 90 dias	26.505	10.262
Vencidos de 91 a 180 dias	40.134	12.901
Vencidos de 181 a 365 dias	23.991	9.217
Vencidos mais de 365 dias	70.581	69.125
Créditos a receber	1.561.335	876.624
Perdas Incorridas	(48.138)	(42.529)
Perdas Estimadas	(29.945)	(33.224)
Redução ao valor recuperável de clientes	(14.715)	(14.715)
Total	1.468.537	786.156

VARIAÇÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER POR FAIXA — DEZ/2025 → JUN/2026



Variação total: +684.711 · Valores em R\$ mil.

Os créditos a receber passaram de R\$ 876.624 mil em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 1.561.335 mil em 30 de junho de 2026, acréscimo de R\$ 684.711 mil. O aumento concentra-se nas duas faixas mais recentes: créditos a faturar (R\$ 286.014 mil, dos quais R\$ 264.308 mil líquidos de tributos compõem a rubrica “Resultado Receita a Faturar (CPC 47)” da demonstração dos fluxos de caixa) e créditos vencidos há até 30 dias (R\$ 264.177 mil). Juntas, essas duas faixas respondem por 80,4% do acréscimo do período. A faixa de vencimento superior a 365 dias, de maior evidência de deterioração de crédito, permaneceu praticamente estável, com variação de R\$ 1.456 mil, ou 0,2% do acréscimo.

O comportamento é consistente com o perfil da carteira, majoritariamente composta por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, cujos pagamentos acompanham o calendário de execução orçamentária e financeira da União e tendem a se concentrar no segundo semestre. A expansão da receita bruta no período (40,7%, conforme NE 24.1) amplia proporcionalmente o saldo faturado e a faturar ao fim do trimestre. Aplicada a metodologia de perda esperada descrita no item 5.1, que considera a natureza governamental das contrapartes, não foi identificado aumento material do risco esperado de crédito no período.

A relação entre as perdas reconhecidas (incorridas, estimadas e redução ao valor recuperável) e os créditos a receber passou de 10,3% em 31 de dezembro de 2025 para 5,9% em 30 de junho de 2026. A redução decorre da composição do acréscimo — concentrado em créditos a faturar e em atrasos de até 30 dias, faixas às quais a metodologia atribui probabilidade de perda substancialmente menor — e não de alteração nos critérios de mensuração, mantidos em relação ao exercício anterior.

5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera, quando aplicável, a natureza governamental dos clientes, o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes.

Os valores dos créditos a receber de clientes no período, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$ 29,9 milhões) e das perdas incorridas (R\$ 48,1 milhões), perfazendo um total de R\$ 78,0 milhões.

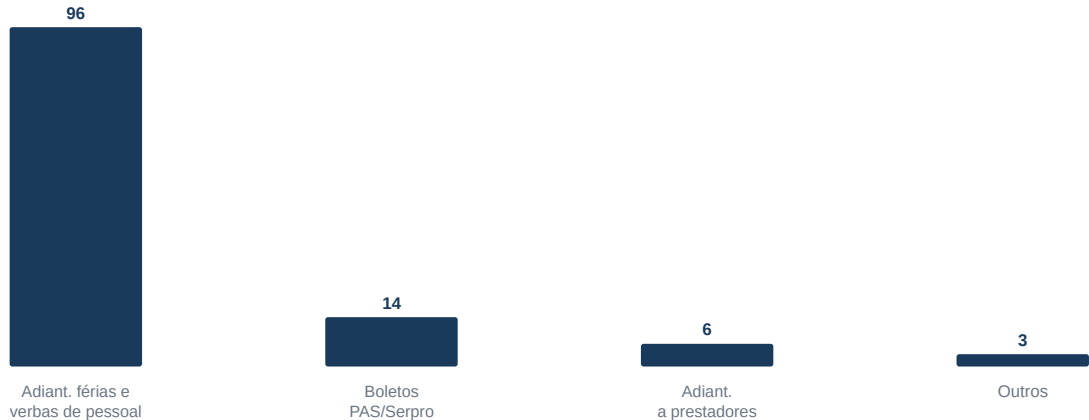
5.1.1 Redução ao valor recuperável de clientes

O valor de R\$ 14,7 milhões, que deve ser somado ao apresentado no item 5.1 para encontrar o valor total da PECLD, decorre da redução de ativo relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas. Como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, sobretudo do setor público, é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

NOTA 6

Créditos diversos

COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS DIVERSOS — JUN/2026



Valores em R\$ milhões.

O saldo de R\$ 119,4 milhões representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 95,6 milhões, além do registro de outros recebíveis, como por exemplo os boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro emitidos para empregados/ex-empregados (R\$ 13,9 milhões) e adiantamentos a prestadores de serviços (R\$ 6,4 milhões). Esses créditos são realizáveis no curto prazo, correspondendo a valores de baixa complexidade e sem risco relevante de inadimplência.

NOTA 7

Despesas Antecipadas

DESPESAS ANTECIPADAS A APROPRIAR



Valores em R\$ milhões.

As despesas antecipadas referem-se a pagamentos efetuados antecipadamente cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios subsequentes. Elas são mensuradas pelo valor de custo (desembolso) e apropriadas ao resultado do exercício mensalmente, de acordo com o regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados ou os

riscos e benefícios são transferidos. No segundo trimestre o Serpro mantém saldo de R\$ 21,2 milhões em despesas a apropriar, ante os R\$ 50,7 milhões de dezembro.

NOTA 8

Ativo mantido para venda

Refere-se a bens não inseridos no contexto operacional da empresa e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Durante 1º semestre foram conduzidas tratativas para viabilizar a operação de venda.

Foi realizada a assinatura do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda do Imóvel com a CBR 260 Empreendimentos Imobiliários LTDA conforme publicação no DOU de 02/03/2026. O ativo permanece registrado em Imóvel Mantido para Venda, pois a transferência do controle do imóvel ocorrerá na assinatura da escritura definitiva.

NOTA 9

Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Descrição	Saldo em 01/01/2026	Adições	Transferências	Provisões e Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2026	Custo	Depreciação
Terrenos	54.158					54.158	54.158	-
Edifícios	97.316		3.231		(915)	99.632	151.372	(51.740)
Obras em Andamento	35.700	16.974	(5.977)			46.697	46.697	-
Instalações	15.162		2.624	(12)	(1.055)	16.719	160.004	(143.285)
Equipamentos de TI	662.244	139.882		(27)	(123.523)	678.576	1.685.699	(1.007.123)
Arrendamento	1.123.255				(87.201)	1.036.054	1.211.156	(175.102)
Benfeitorias prop. terceiros	-		122		(6)	116	1.522	(1.406)
Móveis e Utensílios	3.002	56	(571)	(25)	(228)	2.234	22.544	(20.310)
Máq. Apar e Equip	5.978	2.081	571	(903)	(948)	6.779	37.627	(30.848)
Veículos	-				-		46	(46)
Total do Imobilizado	1.996.815	158.993	0	(967)	(213.876)	1.940.965	3.370.825	(1.429.860)

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Adições	Transferências	Provisões e Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2025	Custo	Depreciação
Terrenos	54.158					54.158	54.158	-
Edifícios	93.379		3.255		(887)	95.747	145.670	(49.923)
Obras em Andamento	18.996	2.153	(4.084)	(73)		16.992	16.992	-
Instalações	11.993		828		(782)	12.039	153.421	(141.382)
Equipamentos de TI	629.185	53.388		(1.185)	(99.665)	581.723	1.455.148	(873.425)
Benfeitorias prop. terceiros	-				-		1.400	(1.400)
Móveis e Utensílios	2.840	28	15	(5)	(276)	2.603	24.177	(21.573)
Máq. Aparelhos e Equip	6.927	883	(15)	(121)	(875)	6.799	38.547	(31.748)
Veículos	-				-		66	(66)
Total do Imobilizado	817.478	56.452	(1)	(1.384)	(102.485)	770.061	1.889.579	(1.119.517)

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos estão apresentadas a seguir:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

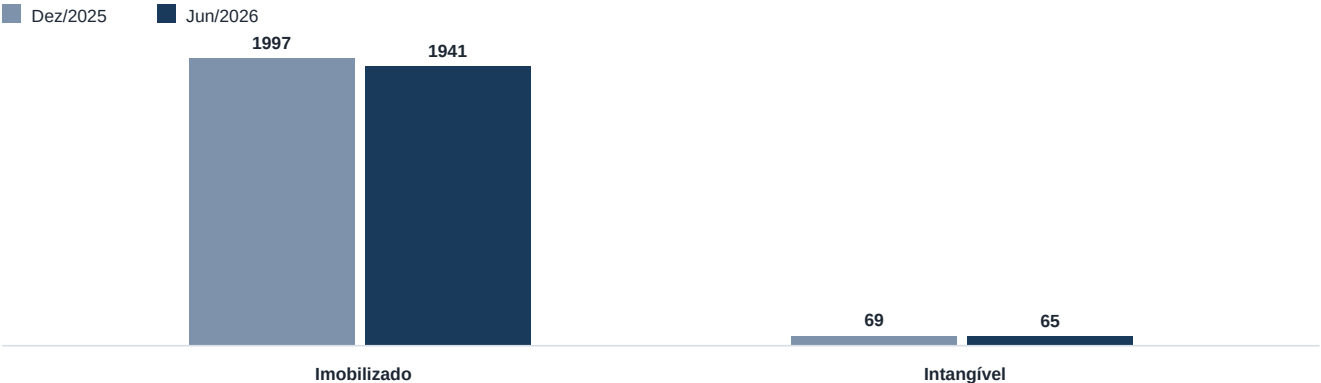
NOTA 10

Intangível

ENTENDA A RUBRICA

O ativo intangível compreende os direitos sobre bens incorpóreos identificáveis e sem substância física — no caso do SERPRO, essencialmente softwares, adquiridos de terceiros ou desenvolvidos internamente. Um software é reconhecido como intangível quando é provável que gere benefícios econômicos futuros e seu custo pode ser mensurado com confiabilidade; a partir do momento em que está pronto para uso, passa a ser amortizado ao longo de sua vida útil estimada. Reduções ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil supera o benefício econômico esperado do ativo.

REPRESENTATIVIDADE DO INTANGÍVEL FRENTE AO IMOBILIZADO



Valores em R\$ milhões.

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a softwares identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos softwares desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2025	Adições/Amortização	Saídas	Jun/2026
Softwares	792.943	9.922	(4.517)	798.348
Adquiridos	756.405	6.712	0	763.117
Desenvolvidos para uso interno	22.923	0	0	22.923
Em construção	9.098	3.210	0	12.308
Estoque interno	4.517	0	(4.517)	0
(-) Amortização acumulada e Perdas estimadas	(723.522)	(10.288)	0	(733.809)
Softwares adquiridos	(713.339)	(9.168)	0	(722.506)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(10.183)	(1.120)	0	(11.303)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	0	0	0	0
Valor Líquido	69.421	(366)	(4.517)	64.539

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

NOTA 11

Consignações

Refere-se às retenções efetuadas na folha de pagamento dos empregados e aos tributos retidos de fornecedores, cujos valores serão posteriormente repassados aos respectivos entes competentes.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Previdência social	34.176	26.902
Pensão alimentícia	535	46
IRRF	28.300	54.155
Tributos federais retidos	14.246	20.123
ISS	1.208	1.589
Plano de previdência e assistência médica	11.182	7
Entidades representativas de classes	190	1.025
Empréstimos, retenções e consignatários	6.407	2.471
Total	96.244	106.318

NOTA 12

Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 347,7 milhões (R\$ 409,6 milhões em dez/2025), resultado das operações comerciais do Serpro e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 582,6 milhões (R\$ 470,6 milhões em dez/2025), esta última detalhada na Nota Explicativa 13.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Fornecedores	347.719	409.619
Pessoal	582.633	470.594
Benefícios a empregados	26.778	15.544
Participação nos lucros ou resultados	656	46.241
Juros sobre capital próprio	135.492	179.619
Outras obrigações	29.764	6.126
Total	1.123.042	1.127.743

NOTA 13

Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Férias	306.287	283.190
Licença prêmio	192.315	184.311
13º salário	81.306	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	2.721	3.089
Total	582.633	470.594

A variação observada entre Jun/2026 e dez/2025 (R\$ 112 milhões no total) nas rubricas ora destacadas se refere, principalmente, à constituição da provisão para décimo terceiro salário (R\$ 81,3 milhões), cuja baixa ocorre em dezembro de cada exercício.

NOTA 14

Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R\$ 656,3 mil decorre, principalmente, da constituição da provisão da remuneração variável dos administradores (RVA), tendo ocorrido pagamentos em Março e Junho de 2026. A Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2025, teve o valor constituído em 2025, de R\$ 1,0 milhão.

A participação dos administradores atende ao disposto no Decreto nº 8.945/2016.

NOTA 15

Dividendos e Juros sobre capital próprio

O saldo de R\$ 135,5 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JCP imputado a dividendos no período de janeiro a junho de 2026. Cumpre ressaltar que em março de 2026 houve o pagamento efetivo de R\$ 184,4 milhões à União, referente a R\$ 179,6 milhões de dividendos mínimos obrigatórios de 2025 mais atualização monetária de dezembro/2025 a março/2026.

NOTA 16

Créditos tributários – Ativo Circulante

ENTENDA A RUBRICA

Os créditos tributários no ativo circulante representam tributos pagos ou retidos a maior que o devido, que a Companhia tem direito de compensar com obrigações tributárias futuras ou de recuperar junto ao fisco. Originam-se, entre outras hipóteses, de retenções na fonte sofridas sobre receitas, de antecipações de tributos e de saldos negativos apurados. São classificados no circulante quando sua realização é esperada dentro dos doze meses seguintes à data-base.

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Tributos Federais – IRPJ e CSLL	315.129	186.785
IR e CSLL a recuperar/compensar	329.324	262.861
IRRF a compensar	30.071	40.668
IRPJ a recolher	–	(47.554)
CSLL a recolher	(44.266)	(69.190)
Tributos Municipais e INSS	19.684	4.992
ISS a compensar	19.673	4.981
INSS a compensar	11	11
Tributos s/ serviços no exterior	5	4
Total	334.818	191.781

NOTA 17

Tributos e encargos sociais – Passivo Circulante

ENTENDA A RUBRICA

Esta rubrica reúne as obrigações tributárias e os encargos sociais já incorridos e ainda não liquidados na data-base, cujo vencimento ocorre no curto prazo. Decorrem da atividade regular da Companhia — tributos sobre a receita, retenções a recolher e contribuições sociais sobre a folha —, sendo reconhecidos pelo regime de competência à medida que o fato gerador ocorre, independentemente do momento do desembolso.

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Passivo fiscal diferido	46.988	25.282
PASEP / COFINS a recolher	69.621	43.758
CPRB a recolher	13.163	25.179
FGTS	14.625	21.875
ISS a recolher	7.395	4.173
Outros tributos	94	68
Total	151.886	120.335

O Passivo fiscal diferido representa os tributos CPRB, PASEP, COFINS e ISS, que incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
ISS	10.536	8.098
PIS/COFINS	18.156	4.702
CPRB	18.296	12.482
Total	46.988	25.282

NOTA 18

Obrigações tributárias – Passivo Não Circulante

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 72,6 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais. São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

NOTA 19

Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

PROVISÕES — NATUREZA × PROBABILIDADE (R\$)

	RISCO PROVÁVEL	RISCO POSSÍVEL
Trabalhistas	465,2 mi	5,6 mi
Cíveis	40,0 mi	159,0 mi
Fiscais/Tributárias	348 mil	25,3 mi
Administrativa	269,1 mi	—

Valores provisionados / sob risco. Intensidade da cor proporcional ao valor.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Provisões Processos Judiciais	505.542	491.045
Provisões Trabalhistas	465.216	449.184
Provisões Cíveis	39.978	41.513
Provisões Fiscais	348	348
Provisões Administrativas	269.144	279.422
Saldo	774.686	770.467

19.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repactuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Provisões ISS imunidade	129.529	136.041
Provisões COFINS imunidade	114.588	118.137
Provisões PIS/PASEP imunidade	25.027	25.244
Total	269.144	279.422

A diferença entre os períodos de jun/2026 e dez/2025, R\$ 10,3 milhões, refere-se às devoluções a clientes (R\$ 35,7 milhões) maiores que as provisões constituídas no mesmo período (R\$ 25,4 milhões). Cumpre destacar que os valores referentes ao PIS/PASEP e COFINS são apurados com base no regime cumulativo. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os

NOTA 19 (continuação)

valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

19.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Refere-se a provisões decorrentes de processos judiciais quando há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação provavelmente exigirá a saída de recursos econômicos e cujo valor pode ser estimado com confiabilidade, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, sendo atualizadas conforme a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos. As provisões podem ser revertidas caso a estimativa de perda deixe de ser considerada provável, quando ocorrer um alongamento da expectativa de desembolso ou quando a obrigação for efetivamente liquidada. A contrapartida da provisão é registrada em “Resultado com Ações Judiciais” na demonstração do resultado.

Os processos judiciais são classificados em estratégicos e não estratégicos, conforme critérios de materialidade e relevância jurídica. São considerados estratégicos os processos com risco de sucumbência superior a R\$ 1,2 milhão na data da provisão ou que, por avaliação jurídica, envolvam matérias de natureza relevante. Os demais processos, com valores de risco geralmente inferiores a esse limite, são classificados como não estratégicos.

Tanto os processos estratégicos quanto os não estratégicos podem ser avaliados com risco de perda provável ou possível:

Processos estratégicos com risco provável: são provisionados individualmente, com base em estimativas confiáveis, e que estão em fase de execução. O risco é atribuído pelo advogado responsável, o reconhecimento contábil é realizado pela área de contabilidade, e a mensuração é conduzida pelo perito assistente, considerando os cálculos homologados, os valores incontroversos ou os cálculos do SERPRO com base nos pedidos do reclamante.

Processos não estratégicos com risco provável: são provisionados de forma massificada, por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos por tipo de pedido principal, calculado com base nos processos arquivados nos últimos cinco anos. Esse tíquete médio é multiplicado pela quantidade de processos ativos no período em análise, resultando na estimativa de provisão a ser reconhecida.

Processos com risco possível: não impactam o valor da provisão reconhecida no balanço, mas são continuamente monitorados e divulgados em Nota Explicativa, conforme exigido pelas normas contábeis.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de seus processos com sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Os efeitos dessa transição tornaram-se perceptíveis a partir do 4º trimestre de 2025, refletindo-se na ampliação dos prazos de vencimento dos passivos judiciais e na consequente adequação das estimativas.

Para a elaboração das estimativas são consideradas todas as informações disponíveis relativas aos processos judiciais em que a empresa é parte envolvida, tendo os processos as principais temáticas:

Trabalhista – em sua maioria, são ações envolvendo empregados próprios ativos e inativos, com diversos objetos, sendo os mais recorrentes os que envolvem gratificação de função específica, reintegração, progressão funcional, desvio de cargo, gratificação de função de confiança.

Cível - são, principalmente, ações em que se discute reintegração, obrigação de pagar decorrentes de compromissos contratuais, reparação de danos.

Tributária - a empresa é parte em processos que envolvem tributos, atualmente em sua maioria tributos municipais, principalmente, ISS.

NOTA 19 (continuação)

19.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2025	41.861	449.184	491.045
Processos que entraram na provisão	2.102	5.029	7.131
Processos que saíram da provisão	(1.518)	(1.461)	(2.979)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	0	19.699	19.699
Redução nos processos anteriormente provisionados	(2.117)	(2.768)	(4.885)
Saldo em 31/03/2026	40.327	469.683	510.010
Processos que entraram na provisão	0	7.013	7.013
Processos que saíram da provisão	0	(3.204)	(3.204)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	0	6.398	6.398
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1)	(14.674)	(14.675)
Saldo em 30/06/2026	40.326	465.216	505.543

A movimentação dos processos impactou positivamente o resultado em R\$ 4,5 milhões no 2º trimestre de 2026, quando comparado ao 1º trimestre de 2026. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 92% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

19.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Desta forma e, segundo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da estrita legalidade, julga-se que o reembolso é devido e praticamente certo.

Tipo de ação	Jun/2026	Dez/2025
Sem expectativa de reembolso	354.855	343.459
Com expectativa de reembolso	150.688	147.586
Saldo da provisão	505.543	491.045

19.2.3. Processos de riscos de perda possíveis e Passivo Contingente

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos. O total de possíveis monta 376 processos, correspondendo a R\$ 189 milhões, sendo 63 processos classificados como estratégicos e 313 processos classificados como não estratégico, correspondendo a R\$ 179,2 milhões e R\$ 10,5 milhões, respectivamente.

Risco Processual	Jun/2026	
Possível	Qte.	Valor
Processos Cíveis	313	16.119
Processos Trabalhistas	57	148.435
Processos Tributários	6	25.257
Total	376	189.811

19.2.4. Precatórios

A partir do segundo semestre de 2025, o SERPRO implementou formalmente o regime de precatórios para o cumprimento de suas obrigações judiciais, amparado por decisões unânimes do STF que reconhecem a natureza de sua atuação pública. Esta mudança visa garantir maior previsibilidade financeira e conformidade com o rito orçamentário da Fazenda Pública.

Conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (ADPFs 275, 387, 1090), o SERPRO submete-se ao regime de precatórios (Art. 100 da CF), aplicável a empresas públicas prestadoras de serviços em regime de exclusividade. A operacionalização efetiva iniciou-se em 01/09/2025, com a substituição de depósitos judiciais e pagamentos imediatos pela

NOTA 19 (continuação)

sistemática da Fazenda Pública.

Sob este regime, condenações de até 60 salários mínimos são liquidadas via RPV em até 60 dias. Valores excedentes seguem o rito dos precatórios, com prazos de pagamento vinculados à data de expedição (EC 136/2025): títulos expedidos até 1º de fevereiro são incluídos no orçamento do exercício subsequente; após essa data, no orçamento posterior. Durante o período de espera, os valores são atualizados pelo IPCA-E.

Com o reconhecimento do direito ao regime de precatórios, o SERPRO alterou a forma de liquidação de suas sentenças judiciais transitadas em julgado. Diferente do modelo anterior de execução imediata, o pagamento agora ocorre mediante requisição judicial e inclusão no orçamento empresarial, o que estende o prazo médio de desembolso e confere maior previsibilidade ao fluxo de caixa.

Até o 2º Trimestre de 2026 o Serpro tem o valor de R\$ 8,6 milhões referente a 21 processos, com vencimentos até 2028.

19.2.5. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A Administração realiza monitoramento contínuo dos processos judiciais e administrativos, com o objetivo de assegurar que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecimento como provisão e a estimativa confiável dos valores envolvidos sejam analisadas e revisadas periodicamente.

Esses processos são, por natureza, contingentes, ou seja, sua resolução depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Em geral, tais eventos não estão sob controle da Companhia, o que reforça a necessidade de julgamento criterioso por parte da Administração. O ambiente jurídico em que esses processos se desenvolvem envolve incertezas que exigem o exercício de estimativas e julgamentos significativos quanto aos potenciais desfechos e seus respectivos impactos financeiros.

19.3. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Depósitos judiciais e recursais	330.129	374.619
Ações fiscais	1.543	1.543
Total	331.672	376.162

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram nas instituições estatais Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil.

Considerando a principal conta que compõe o grupo, as entradas (Depósitos), Atualização Monetária e as saídas (Levantamentos) ocorreram do seguinte modo:

Movimentação	Valor
Saldo em dezembro/2025	347.301
(+) Depósitos no Período	638
(-) Levantamentos	(12.520)
. Retorno ao Serpro	(9.304)
. Destinado a Terceiros	(3.216)
Saldo em março/2026	335.419
(+) Depósitos no Período	136
(+) Atualização Monetária	9.573
(-) Levantamentos	(42.310)
. Retorno ao Serpro	(38.557)
. Destinado a Terceiros	(3.753)
Saldo em junho/2026	302.818

NOTA 20

Benefícios a empregados

20.1 – Benefícios oferecidos

20.1.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição		Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido (BD)	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos	
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.	

20.1.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	13.434	2.200
Total	26.778	15.544

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária" (substituída pela LC nº 108/2001), as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

20.1.2 Assistência à Saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

20.1.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE	Empregados: R\$ 1.230,72 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2024/2026
Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST	

20.1.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

20.2 Avaliação Atuarial

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao International Accounting Standards Board (IASB), ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das

NOTA 20 (continuação)

obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo reflete, fundamentalmente, o cálculo da avaliação atuarial anual realizada ao fim de 2025, sobre os benefícios oferecidos aos empregados: Programas Previdenciários, Plano de Saúde PAS/Serpro e Programas de Desligamento. Os saldos atualizados no período estão apresentados no quadro a seguir:

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Programas Previdenciários	2.164	-
Plano de Assistência a Saúde	298.691	280.425
Programa de Desligamento	19.249	18.441
Total	320.104	298.866

20.2.1 Programas Previdenciários

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de adesão no plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela EFPC Fundo Multipatrocinado SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado: <https://serpros.com.br/>.

20.2.1.1 Plano PS-I Benefício Definido (BD)

O PS-I é um plano de benefícios previdenciários constituído no âmbito de entidade fechada de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 01/04/2013, sob amparo legal, esse plano foi saldado, o que manteve os benefícios já concedidos e suas reversões regulamentares nos níveis anteriormente pactuados, enquanto para os colaboradores ainda ativos passou a ser garantido o benefício proporcional até então capitalizado. Os benefícios instituídos são:

- a) Suplementação de Aposentadoria por Idade;
- b) Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- c) Suplementação de Aposentadoria Especial;
- d) Suplementação de Aposentadoria ao Ex-Combatente;
- e) Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- f) Suplementação de Auxílio-Doença;
- g) Suplementação de Pensão por Morte;
- h) Suplementação de Auxílio-Reclusão.

O PS-I oferece, ainda, Pecúlio por Morte aos Beneficiários de Participantes Patrocinados, Autopatrocinados e Participantes Assistidos. As suplementações são concedidas sob forma de renda mensal, adicionada de Abono Anual.

20.2.1.2 Plano PS-II Contribuição Variável (CV)

É um plano estruturado na modalidade de contribuição variável, que possui características de contribuição definida na fase de acumulação e de benefício definido na fase pós concessão. Os benefícios de risco também são entendidos como definidos nos casos de morte e invalidez de ativos. Deste modo, os participantes acumulam, individualmente, em conjunto com a Empresa, recursos para usufruir futuramente em rendas de aposentadorias. Estes recursos poderão ser convertidos em uma renda mensal vitalícia ou resgate do saldo de contas. O participante decide sua contribuição mensal que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente, dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento interno do plano.

O objetivo deste plano é oferecer aos participantes, beneficiários e designados, os seguintes benefícios de previdência complementar:

- a) Aos participantes: renda de aposentadoria, benefício proporcional diferido, renda por invalidez, auxílio-doença e abono anual;
- b) Aos beneficiários: pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-reclusão e abono anual; e
- c) Aos designados: pecúlio por morte.

NOTA 21

Arrendamento

Lógica econômica do arrendamento (CPC 06 R2 / IFRS 16)

O modelo separa reconhecimento de ativo e desembolso financeiro — gerando matching entre receita e custo ao longo do prazo

LADO DO ATIVO



O **direito de uso** é reconhecido como ativo imediatamente ao início do contrato — antes de os pagamentos terem sido integralmente realizados.

LADO DO PASSIVO



Desembolso distribuído ao longo de **5 a 7 anos**, preservando o caixa operacional e suavizando o impacto financeiro mensal.

RESULTADO ECONÔMICO



O ativo já produz receita desde o primeiro mês — o **ROI materializa-se progressivamente**, antes do término do fluxo de pagamentos.

A composição, movimentação detalhada dos saldos e os contratos vigentes estão apresentados na continuação desta nota.

21.1 Natureza dos Contratos de Arrendamento

O Serpro possui contratos de arrendamento relacionados à sua infraestrutura de tecnologia, que incluem o direito de uso de servidores, unidades de processamento e serviços em regime on-premise. Estes contratos, cujos pagamentos são referenciados ao dólar norte-americano, possuem prazos que variam de 5 a 7 anos e foram celebrados em diferentes períodos ao longo de 2025.

A classificação destes instrumentos como arrendamentos foi resultado de uma análise técnica detalhada, que concluiu que os contratos transferem ao Serpro o direito de controlar o uso de ativos identificados por um período determinado, em troca de contraprestação. O Serpro possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso dos ativos e de direcionar sua utilização ao longo do prazo contratual.

21.2 Prática Contábil

O Serpro adotou o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos e IFRS 16, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor do passivo de arrendamento reconhecido. Subsequentemente, é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento. Por ser um item não monetário, o ativo de direito de uso não é remensurado pela variação cambial.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa incremental (IBR), uma vez que a taxa implícita nos contratos não é prontamente determinável. A IBR é apurada com base em dados observáveis de mercado para operações de prazo e moeda similares.

O passivo de arrendamento é subsequentemente acrescido dos juros e deduzido dos pagamentos efetuados. Por ser um passivo monetário em moeda estrangeira, seu saldo é remensurado anualmente pela taxa de câmbio de fechamento, com os efeitos da variação cambial reconhecidos no resultado financeiro.

A Entidade não possui contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses ou de ativos de baixo valor, não aplicando, portanto, as exceções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2).

Os pagamentos de arrendamento incluem apenas as contraprestações pelo direito de uso do ativo. Pagamentos por serviços, manutenção e outras contraprestações variáveis não são incluídos no passivo de arrendamento e são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos.

21.3 Composição e Movimentação dos Saldos

Durante o exercício de 2025, o Serpro celebrou três contratos de arrendamento, as tabelas a seguir demonstram a movimentação consolidada e a composição dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 30 de junho de 2026:

NOTA 21 (continuação) · 21.3 Composição e movimentação dos saldos

Ativo de Direito de Uso	
Descrição	2026
Saldo em 31/03/2026	1.079.656
Adições	0
(-) Depreciação	(43.602)
Saldo em 30/06/2026	1.036.054

Depreciação do 2º trimestre. No semestre findo em 30/06/2026 totalizou R\$ 87.202 mil (NE 9).

Passivo de Arrendamento	
Descrição	2026
Saldo em 31/03/2026	949.321
(+) Encargos incorridos	2.487
(-) Variações Cambiais	1.325
(-) Pagamentos	(61.433)
Saldo em 30/06/2026	889.050
Curto prazo	200.280
Longo prazo	688.769

Variações cambiais são registradas quando do pagamento.

Em 30 de Junho de 2026 o valor presente do saldo de arrendamento do Serpro corresponde a R\$ 889 milhões a valor presente. O saldo por tipo de contrato está evidenciado no quadro abaixo:

Passivo de Arrendamento - Equipamentos de TI						
Início	Prazo Remanescente (Meses)	Taxa de Desconto (% a.a.)	Fluxo Contratual	Encargos a Apropriar	Valor Presente Líquido	
Janeiro/2025	42	6,62%	20.004	(4.088)	15.915	
Fevereiro/2025	67	6,77%	111.389	(22.766)	88.623	
Agosto/2025	73	5,95%	986.043	(201.532)	784.512	
			1.117.436	(228.386)	889.050	

21.4 Risco Cambial

O passivo de arrendamento contratos cujos pagamentos são referenciados ao dólar norte-americano, expondo o Serpro ao risco de variação cambial. A empresa mantém contratos e saldos em contas em moeda estrangeira, o que fornece um hedge natural, além disso monitora continuamente sua exposição cambial líquida e, em 30 de junho de 2026, com os dados existentes divulgada pelo Banco Central do Brasil foi de R\$ 5,1766/USD.

21.4.1 Análise de Sensibilidade Cambial

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade do passivo de arrendamento a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano. A análise considera a taxa PTAX de fechamento de R\$ 5,1766/USD em 30 de junho de 2026, conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil:

Variação Cambial	Taxa de Câmbio (R\$/USD)	Impacto no Passivo (R\$ mil)	Variação (%)
+1,0% (Desvalorização do Real)	5,2284	897.941	+1,00%
+0,5% (Desvalorização do Real)	5,2025	893.495	+0,50%
Cenário Base	5,1766	889.050	
-0,5% (Valorização do Real)	5,1507	884.605	-0,50%
-1,0% (Valorização do Real)	5,1248	880.160	-1,00%

Com base nas simulações realizadas, estima-se que uma variação de 1% na taxa de câmbio resulte em variação proporcional de aproximadamente $\pm 1\%$ no saldo do passivo de arrendamento, dada a sua denominação integral em dólares norte-americanos.

As variações cambiais não realizadas são reconhecidas no resultado do período, sem efeito imediato sobre o caixa.

NOTA 22

Risco cambial

US\$ 22.517 mil

NOCIONAL EM ABERTO

3 contratos NDF, jul a set/2026

R\$ 5,4783

TAXA MÉDIA PONDERADA

PTAX de 30/06/2026: R\$ 5,1766

(R\$ 5.057 mil)

VALOR JUSTO PASSIVO

diferido em OCI até set/2026

Como funciona o hedge de fluxo de caixa (CPC 48 / IFRS 9)

O NDF trava a taxa de câmbio de pagamentos futuros em dólar — protegendo o resultado da volatilidade cambial

EXPOSIÇÃO

PAGAMENTOS
FUTUROS
EM US\$

Contratos com provedores internacionais geram **desembolsos futuros em dólar** — altamente prováveis, expostos à variação do câmbio.

PROTEÇÃO

NDF
TRAVA A
TAXA

O **Termo de Moeda (NDF)** fixa hoje a taxa do pagamento futuro. Ganho/perda do derivativo compensa a variação cambial da exposição.

RESULTADO

MIGRA AO
RESULTADO
NA LIQUIDAÇÃO

A variação acumula no patrimônio **líquido (OCI)** e migra ao resultado no momento em que o pagamento protegido ocorre — matching perfeito.

Portfólio, marcação a mercado e movimentação do hedge estão detalhados na continuação desta nota (CPC 48, itens 6.5.2 e 6.5.11).

22.1. Gerenciamento de risco cambial

O Serpro considera todos os fluxos de caixa de suas operações em conjunto, avaliando de forma integrada os compromissos futuros denominados em dólares e as receitas e despesas em reais influenciadas pela moeda norte-americana, tais como contratos de prestação de serviços com preços formados com base em paridade cambial ou indexados ao dólar.

Variações na taxa de câmbio spot R\$/US\$ podem afetar o lucro líquido e o balanço patrimonial, principalmente em decorrência da variação, em reais, do valor de itens em moeda estrangeira a desembolsar — transações futuras altamente prováveis, itens monetários e compromissos firmes. O tratamento desses riscos privilegia ações estruturais no âmbito dos negócios do Serpro, observada política corporativa de gestão de risco cambial aprovada pela alta administração, sendo complementado, quando necessário, pela contratação de instrumentos financeiros derivativos com finalidade exclusivamente protetiva, vedado o uso especulativo.

A proteção das obrigações futuras em moeda estrangeira ocorre por meio de portfólio de derivativos, considerando-se as alterações nas posições ao longo do tempo. O hedge accounting dessas operações está descrito na nota explicativa 22.2.

22.2. Hedge accounting de desembolsos futuros

O Serpro adota a contabilidade de hedge de fluxos de caixa, na forma do CPC 48 (item 6.5.2(b) e 6.5.11(a)), para o conjunto de operações de Termo de Moeda sem Entrega Física (NDF) destinadas a proteger pagamentos previstos em dólares vinculados a contratos de prestação de serviços tecnológicos com provedores internacionais. O item objeto é representado por transações previstas altamente prováveis (CPC 48, item 6.3.3) e a relação de hedge é designada formalmente na data de contratação de cada instrumento, atendidos os requisitos do CPC 48, item 6.4.1.

A parcela eficaz dos ganhos e perdas cambiais decorrentes dos instrumentos de proteção é reconhecida no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido afetar o resultado do período. A parcela inefetiva, quando existente, é reconhecida diretamente no resultado financeiro (6.5.11(c)).

Caso os pagamentos designados deixem de ser considerados altamente prováveis, mas continuem previstos, a relação de hedge é revogada e a variação cambial acumulada no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado à medida que os pagamentos ocorrerem. Caso deixem de ser previstos, o saldo acumulado é reclassificado imediatamente, na forma do CPC 48, item 6.5.12.

NOTA 22 (continuação)

22.3. Posições em derivativos cambiais

Em 30 de junho de 2026, o Serpro detinha posições compradas em dólares norte-americanos por meio de contratos de Termo de Moeda sem Entrega Física (NDF), pactuados com instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, com vencimentos mensais escalonados entre julho e setembro de 2026. As posições foram designadas em relação de hedge de fluxos de caixa, na forma da nota explicativa 22.2.

O quadro a seguir apresenta as posições em aberto na data-base, agregadas por mês de vencimento:

Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Taxa média contratada (R\$/US\$)	Valor justo (R\$ mil)
Julho/2026	7.004	5,4596	(1.701)
Agosto/2026	8.534	5,4689	(1.850)
Setembro/2026	6.979	5,5084	(1.506)
Total	22.517	5,4783	(5.057)

Os valores entre parênteses representam posição passiva em valor justo, refletindo que, na data-base, as taxas forward de mercado para os respectivos vencimentos situavam-se abaixo das taxas contratadas, o que resultaria em desembolso pelo Serpro caso as condições prevalecessem até as datas de liquidação. Os instrumentos são mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente, na condição de instrumentos de proteção designados, na forma do CPC 48, item 4.2.1(a), c/c os itens 5.1.1 e 5.2.1.

A mensuração adota a abordagem da renda, mediante desconto a valor presente do diferencial entre a taxa a termo de mercado e a taxa contratada, aplicado ao valor nocional, na forma do CPC 46 — Mensuração do Valor Justo. Em 30 de junho de 2026 foram utilizadas as seguintes premissas: taxa de desconto de 14,65% a.a., correspondente à curva de DI Futuro divulgada pela B3, com capitalização exponencial em base de 252 dias úteis; contagem de dias úteis conforme calendário ANBIMA; e taxas a termo de mercado obtidas do relatório de marcação a mercado da instituição financeira contraparte.

Para o contrato com vencimento em julho de 2026, cuja contraparte não disponibilizou taxa a termo própria na data-base, a taxa de mercado foi estimada por interpolação da curva a termo observável das demais posições. Esse contrato responde por R\$ 1.701 mil, ou 33,6%, do valor justo passivo total. Os instrumentos são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo, por serem mensurados a partir de dados observáveis de mercado, direta ou indiretamente, conforme o CPC 46. Não houve transferências entre níveis da hierarquia no período.

O saldo total apresentado neste quadro compõe a rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” do passivo circulante do balanço patrimonial. Em 30 de junho de 2026, todos os instrumentos apresentavam valor justo passivo, não havendo, portanto, exposição ativa a risco de crédito de contraparte decorrente desses instrumentos. As operações são contratadas exclusivamente com instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sem exigência de garantias ou de chamadas de margem.

22.4. Reserva de hedge de fluxo de caixa (OCI) — movimentação e resultado realizado

Durante o 2º trimestre de 2026, três dos seis contratos de Termo de Moeda sem Entrega Física (NDF) designados em hedge de fluxo de caixa foram liquidados em suas datas de vencimento (abril, maio e junho de 2026). As perdas correspondentes, antes diferidas em outros resultados abrangentes, foram reclassificadas para o resultado financeiro do período, na forma do CPC 48, item 6.5.11(d). O quadro a seguir apresenta o resultado realizado no período:

Vencimento	Nocional (US\$ mil)	PTAX D-1	Perda realizada (R\$ mil)
Abril/2026	8.397	4,9985 (29/04)	(2.431)
Maio/2026	6.837	5,0517 (28/05)	(1.817)
Junho/2026	6.919	5,1717 (29/06)	(1.293)
Total	22.153	—	(5.541)

As perdas realizadas decorrem de a taxa PTAX do dia útil anterior a cada liquidação ter-se situado abaixo da taxa a termo contratada, resultando em desembolso pelo Serpro, coerente com a posição comprada em dólares. Os valores foram integralmente reciclados da reserva de hedge para o resultado financeiro nas respectivas datas de liquidação.

NOTA 22 (continuação)

Reconciliação de OCI — Hedge de Fluxo de Caixa – 2º Trimestre de 2026

Descrição	2026
Saldo em OCI 31/03/2026	(3.501)
Parcela eficaz reconhecida no período	(7.096)
Reclassificação para Resultados (posições liquidadas)	5.541
Saldo Bruto em 30/06/2026	(5.057)
Tributos Diferidos (IRPJ/CSLL)	740
Saldo Líquido em 30/06/2026	(4.317)

A parcela eficaz das variações de valor justo dos instrumentos designados é reconhecida em outros resultados abrangentes e transferida ao resultado quando os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado do período, conforme CPC 48, item 6.5.11(a) e (d). O saldo bruto acumulado em 30/06/2026, de R\$ 5.057 mil, corresponde ao valor justo das três posições em aberto apresentadas na nota 22.3 e à rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” do passivo circulante.

Os tributos diferidos sobre a reserva de hedge foram mensurados à alíquota de 14,63%, correspondente à soma da alíquota de CSLL de 9% com a alíquota de IRPJ de 25% aplicada à parcela do resultado não alcançada pela imunidade tributária recíproca, equivalente a 22,5203% no período (NE 24.5.3). Os efeitos fiscais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, na forma do CPC 32.

A movimentação da reserva de hedge integra a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e os montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no período são divulgados em atendimento ao CPC 40, itens 24B e 24C.

22.5. Prazos dos fluxos de caixa protegidos

As transações previstas altamente prováveis objeto de proteção correspondem a pagamentos em dólares norte-americanos vinculados a contratos de serviços de nuvem pública com provedores internacionais, com ocorrência esperada entre julho e setembro de 2026, em linha com os vencimentos dos respectivos instrumentos de proteção.

O saldo acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa em 30 de junho de 2026, de R\$ 5.057 mil brutos (R\$ 4.317 mil líquidos de tributos diferidos), deverá ser integralmente reclassificado para o resultado financeiro até setembro de 2026, à medida que os pagamentos protegidos forem realizados. Não há parcelas com expectativa de realização em prazo superior a doze meses.

Vencimento	Nocional (US\$ mil)	Perda diferida em OCI (R\$ mil)
Julho/2026	7.004	(1.701)
Agosto/2026	8.534	(1.850)
Setembro/2026	6.979	(1.506)
Total	22.517	(5.057)

Posições em aberto na data-base; as perdas permanecem diferidas em outros resultados abrangentes até a liquidação.

22.6. Efetividade do hedge e fontes de inefetividade

A relação de hedge é designada formalmente na data de contratação de cada instrumento, e a efetividade é aferida de forma prospectiva na designação e a cada data de balanço, mediante avaliação da relação econômica entre o instrumento de proteção e o item protegido, do efeito do risco de crédito sobre essa relação e da consistência do índice de cobertura, nos termos do CPC 48, item 6.4.1.

Os Termos de Moeda sem Entrega Física contratados apresentam moeda, valor nocional e datas de liquidação alinhados aos pagamentos previstos objeto de proteção, o que sustenta a existência de relação econômica e a manutenção do índice de cobertura em 1:1. As principais fontes potenciais de inefetividade identificadas são: (i) eventual descasamento entre a data de liquidação do instrumento e a data efetiva do pagamento protegido; (ii) alteração no valor ou na data dos desembolsos previstos; e (iii) o efeito do risco de crédito das contrapartes sobre o valor justo dos instrumentos.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, não houve parcela inefetiva a reconhecer no resultado, tendo a totalidade da variação de valor justo dos instrumentos de proteção, no montante de R\$ 10.597 mil, sido reconhecida em outros resultados abrangentes. Não houve revogação de relações de hedge nem reclassificação decorrente de os pagamentos protegidos deixarem de ser considerados altamente prováveis.

NOTA 23

Patrimônio líquido

R\$ 3,75 bi

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

vs. R\$ 3,06 bi em dez/2025 (+22,3%)

R\$ 682,7 mi

VARIAÇÃO NO SEMESTRE

lucro retido, JCP e resultados abrangentes

R\$ 1,26 bi

RESERVAS

legal, retenção de lucros e reavaliação

PATRIMÔNIO LÍQUIDO — EVOLUÇÃO



Crescimento de R\$ 682,7 milhões (+22,3%) no semestre.

Valores em R\$ milhões.

23.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1,786 bilhão (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

23.2 Reservas

23.2.1 Reservas de Reavaliação

Descrição	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2025	61.861	43.035	(15.179)	89.717
Realização de reserva por depreciação	(640)	—	—	(640)
Atualização Imposto de Diferido	—	—	(74)	(74)
Saldo em 30/06/2026	61.221	43.035	(15.253)	89.003

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 89 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

23.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão, conforme tópicos a seguir.

23.2.2.1 Reserva Legal

O valor destinado para reserva legal no encerramento do exercício de 2025 foi de R\$ 37,7 milhões, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, compondo um saldo final de R\$ 200,5 milhões que se mantém no segundo trimestre de 2026.

23.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo constituído no encerramento de 2025 dessa reserva montou o valor de R\$ 971,8 milhões, saldo esse mantido no segundo trimestre de 2026, considerando a retenção no ano de R\$ 538,8 milhões. Os valores serão destinados ao reforço tecnológico das operações.

23.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I, com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, com o Programa de Desligamento (PDV), líquidos dos tributos diferidos e mais recentemente resultado diferido com hedge cambial.

NOTA 23 (continuação)

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Programas Previdenciários	204.340	206.504
Tributos Diferidos sobre Programas Previdenciários	(29.895)	(29.882)
Plano de Assistência à Saúde	(179.570)	(179.570)
Tributos Diferidos sobre Assist. à Saúde	26.271	25.984
Programa de Desligamento	(7.964)	(7.964)
Tributos Diferidos sobre Programa de Desligamento	1.165	1.152
Hedge de Fluxo de caixa - perdas diferidas	(5.057)	-
Hedge de Fluxo de caixa - tributos diferidos	740	-
Outros	(1.377)	(1.405)
Total	8.653	14.819

NOTA 24

Resultado do exercício

LUCRO LÍQUIDO — ATÉ 2º TRI 2026

R\$ 824,3 mi

vs. R\$ 331,2 mi até 2º Tri 2025 (+148,9%)

RECEITA BRUTA TOTAL

R\$ 3,33 bi

vs. R\$ 2,36 bi até 2º Tri 2025 (+40,7%)

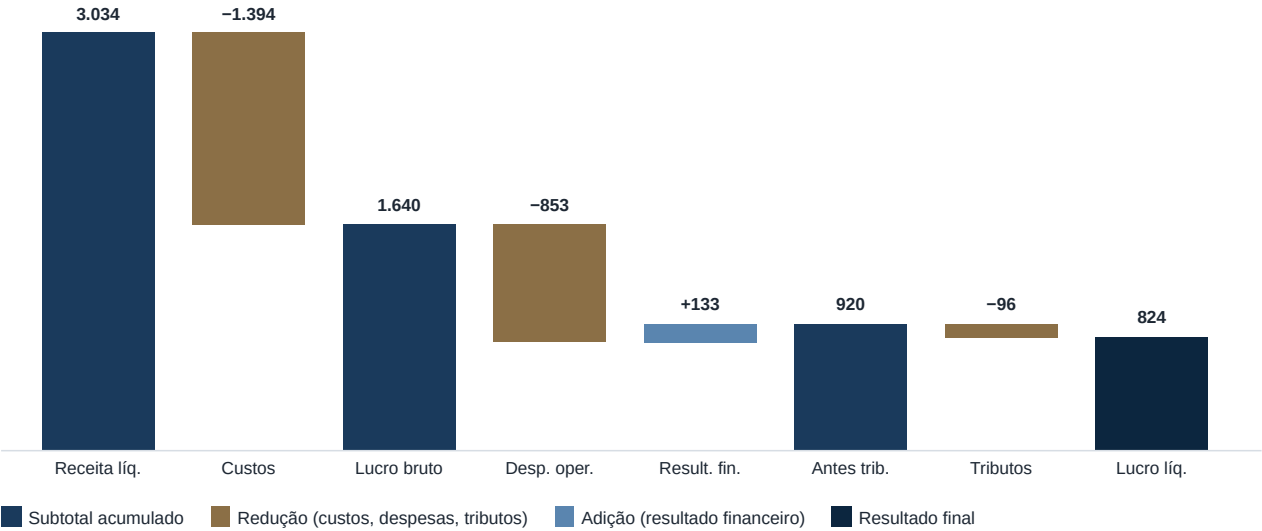
MARGEM LÍQUIDA

27,2%

vs. 16,1% até 2º Tri 2025 (+11,1 pp)

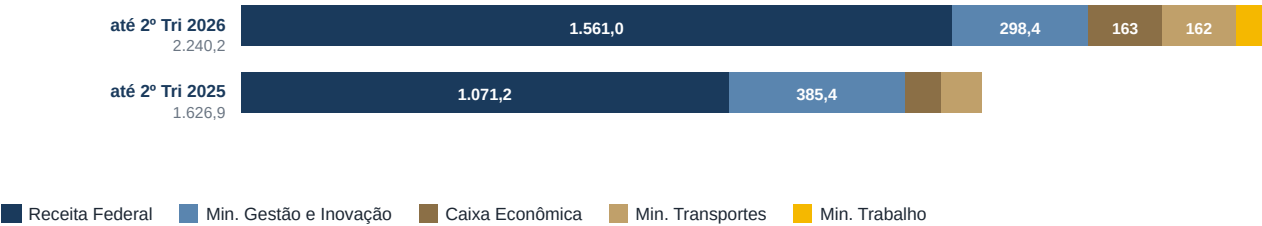
Da receita ao lucro líquido — até 2º Tri 2026 (R\$ milhões)

Sequência de mensuração conforme a Demonstração do Resultado apresentada nas Demonstrações Principais.



Concentração da receita — 5 maiores clientes públicos (R\$ milhões)

Receita bruta acumulada até o 2º Trimestre, conforme detalhado na nota 24.1.2.



Imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, 'a', CF/88)

Parte do resultado do SERPRO é imune a IRPJ por servir a entes públicos — a tributação incide só sobre a parcela não imune

PARCELA IMUNE



A receita atribuída ao **setor público** (77,48% no período) é alcançada pela imunidade recíproca — não sofre IRPJ.

PARCELA TRIBUTADA



A parcela do **setor privado** (22,52%) é tributada normalmente — sobre ela incide o IRPJ à alíquota de 25%.

EFEITO FISCAL

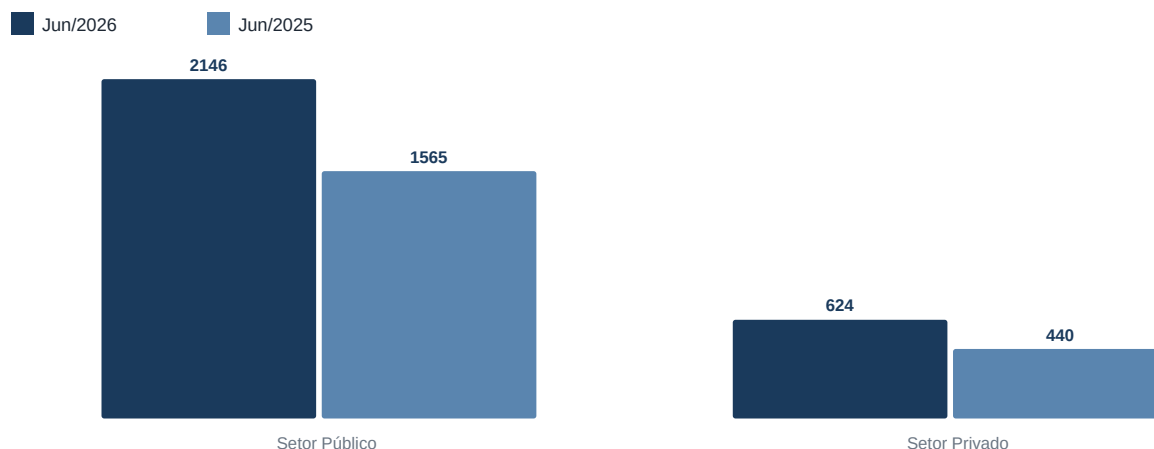


O resultado é uma **alíquota efetiva menor** que a nominal — a imunidade alcança o IRPJ; a CSLL incide sobre a base integral.

A conciliação completa e o cálculo da alíquota efetiva estão na continuação desta nota (NE 24.5).

NOTA 24 (continuação)

RECEITA LÍQUIDA POR SEGMENTO — 1º SEMESTRE 2026



Valores em R\$ milhões.

O resultado do exercício reflete o desempenho operacional e financeiro do SERPRO no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, comparativamente ao mesmo período de 2025. A demonstração é apresentada por função, com o Custo dos Serviços Prestados segregado da receita operacional líquida, e a abertura por natureza das contas de custo, despesa, resultado financeiro e tributos é detalhada nas seções seguintes desta nota.

No primeiro semestre de 2026, o SERPRO apurou lucro líquido de R\$ 824.335 mil, ante R\$ 331.249 mil no primeiro semestre de 2025 — crescimento de 148,9% —, resultado da elevação da receita operacional bruta em 40,7% e da expansão da margem bruta, que evoluiu de 48,0% para 54,1% da receita operacional líquida.

Demonstração do Resultado por função — Em milhares de reais

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Receita Bruta	3.325.483	2.363.393
(-) Deduções	(291.176)	(311.990)
Receita operacional líquida	3.034.307	2.051.403
Custo dos serviços prestados	(1.394.062)	(1.066.581)
Lucro bruto	1.640.245	984.822
Despesas operacionais	(852.866)	(738.390)
Resultado financeiro	132.643	123.738
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	920.022	370.170
Tributos sobre o lucro	(95.687)	(38.921)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	824.335	331.249

24.1 Receita bruta

No primeiro semestre de 2026, a receita operacional bruta alcançou R\$ 3.325.483 mil, ante R\$ 2.363.393 mil no mesmo período de 2025 — crescimento de 40,7%.

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

NOTA 24 (continuação)

24.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Em atendimento ao CPC 47 (IFRS 15), a receita operacional bruta do SERPRO é decomposta segundo as obrigações de desempenho assumidas nos contratos com clientes — cada obrigação correspondendo a um serviço ou conjunto de serviços de tecnologia da informação distintos, cuja receita é reconhecida à medida que a respectiva prestação é satisfeita.

O quadro a seguir apresenta a composição da receita bruta pelas principais obrigações de desempenho no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, comparativamente ao mesmo período de 2025. As obrigações de menor materialidade individual são agrupadas na linha Demais Obrigações de Desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Receita até 2º Tri 2026	Receita até 2º Tri 2025	Receita no 2º Tri 2026	Receita no 2º Tri 2025
Hospedagem de Aplicações	1.863.616	1.405.774	956.883	788.230
Desenvolvimento e Manutenção de Software	165.025	140.134	91.493	67.163
Serpro MultiCloud	334.526	108.954	189.787	64.638
Atendimento a Ambientes de Rede Local	70.808	76.233	42.060	37.668
Gestão de Margem Consignável	63.933	59.663	31.972	31.339
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	57.384	52.370	30.351	28.662
Datavalid	43.676	48.883	21.263	27.107
Consulta Online Senatran	48.248	43.502	24.657	21.971
Consulta CPF	54.725	43.421	27.509	22.468
Radar	48.400	37.945	24.520	19.977
Demais Obrigações de Desempenho	575.142	346.514	357.370	161.823
Total	3.325.483	2.363.393	1.797.866	1.271.047

24.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

O Serpro atende clientes públicos, tanto os que participam do Orçamento Geral da União (OGU) quanto as entidades desvinculadas do OGU, além de entidades do setor privado e pessoas físicas. Embora a carteira de clientes públicos seja predominante, em razão das características institucionais definidas na Lei de Criação, ao longo dos últimos anos o Serpro tem ampliado a carteira de clientes privados.

Até junho de 2026, a receita bruta com os 05 maiores clientes públicos (OGU e Não OGU) alcançou R\$ 2.240.194 mil, ante os R\$ 1.626.907 mil no mesmo período do ano de 2025, com destaque para a Receita Federal e o Ministério da Gestão e da Inovação, conforme destacado a seguir:

Cliente Público	Receita até 2º Tri 2026	Receita até 2º Tri 2025	Receita no 2º Tri 2026	Receita no 2º Tri 2025
Secretaria da Receita Federal	1.561.039	1.071.182	860.762	554.175
Ministério da Gestão e da In em Serv Púb	298.388	385.350	159.855	228.454
Caixa Econômica Federal	162.954	81.217	92.361	47.540
Ministério dos Transportes	161.707	89.157	83.494	55.755
Ministério do Trabalho E Emprego - MTE	56.106	0	28.163	0
Total 5 maiores clientes Públicos	2.240.194	1.626.907	1.224.635	885.923

NOTA 24 (continuação)

Até o mês de junho de 2026, a receita bruta com os 05 maiores clientes privados alcançou R\$ 58,5 milhões, ante os R\$ 50,5 milhões no mesmo período do ano de 2025, com destaque para a Brasil Bolsa Balcão B3 e a Valid Soluções SA, conforme destacado a seguir:

Cliente Privado	Receita até 2º Tri 2026	Receita até 2º Tri 2025	Receita no 2º Tri 2026	Receita no 2º Tri 2025
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	21.288	17.438	11.091	8.783
Valid Soluções SA	14.380	21.818	6.479	7.605
Gocomexx Ltda	9.645	0	996	0
Uber do Brasil Tecnologia Ltda.	7.491	7.496	3.828	3.572
Mercado Pago Instituição de Pag Ltda	5.704	3.730	2.915	2.044
Total 5 maiores clientes Privados	58.509	50.483	25.308	22.003

Cumpra destacar que o Serpro presta serviços também para o mercado internacional, atualmente com consultorias e processamento de dados. A receita bruta com os 05 maiores clientes somou R\$ 8,4 milhões, com destaque para o a Elementary Innovation, conforme destacado a seguir:

Cliente Internacional	Receita até 2º Tri 2026	Receita até 2º Tri 2025	Receita no 2º Tri 2026	Receita no 2º Tri 2025
Elementary Innovation Pte. Ltd.	2.650	0	1.370	0
Fonoa Technologies Limited	1.965	82	1.537	46
Incode Technologies, Inc.	1.472	993	593	960
Hangzhou Hangyu Intern Supply Chain Management Co., Ltd.	1.312	0	420	0
Persona Identities	968	636	464	517
Total 5 maiores clientes Internacionais	8.367	1.712	4.385	1.523

24.2 Receita líquida

A receita operacional líquida acumulada somou R\$ 3.034.307 mil no primeiro semestre de 2026, acréscimo de R\$ 982,9 milhões (47,9%) em relação ao mesmo período de 2025, acompanhando a expansão da receita bruta.

Cabe destacar que as deduções da receita se reduziram de R\$ 311.990 mil para R\$ 291.176 mil, mesmo com a elevação da receita bruta — comportamento explicado, principalmente, pela queda das vendas canceladas (de R\$ 96.051 mil para R\$ 45.494 mil). Em sentido oposto, os tributos incidentes sobre a receita (ISS, PIS/PASEP, COFINS e CPRB) acompanharam o crescimento do faturamento.

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Receita bruta	3.325.483	2.363.393
Deduções da Receita	(291.176)	(311.990)
(-) ISS	(27.856)	(25.911)
(-) PIS / PASEP	(23.307)	(20.680)
(-) COFINS	(107.509)	(95.328)
(-) ICMS	(16)	(14)
(-) CPRB	(82.596)	(73.603)
(-) Descontos concedidos	(4.398)	(403)
(-) Vendas canceladas	(45.494)	(96.051)
Receita operacional líquida	3.034.307	2.051.403

NOTA 24 (continuação)

Quanto aos elementos que formaram a receita líquida, destaca-se a redução da carga relativa da CPRB — Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, que passou de 3,11% para 2,48% da receita bruta em função da reoneração gradual da folha de pagamento; em valores absolutos, a contribuição acompanhou o crescimento do faturamento. Destaca-se, ainda, a redução das vendas canceladas — de R\$ 96.051 mil para R\$ 45.494 mil —, motivada pela correção de procedimentos internos na ferramenta de ERP que processa o faturamento.

24.3 Custos e despesas totais

24.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.394.062 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 1.066.581 mil no mesmo período de 2025 — elevação de R\$ 327.481 mil (30,7%), inferior ao crescimento da receita líquida (47,9%), o que sustentou a expansão da margem bruta.

A principal variação decorreu dos Serviços Profissionais, que passaram de R\$ 68.398 mil para R\$ 278.253 mil, refletindo a ampliação de contratos de tecnologia associados ao aumento da demanda por infraestrutura e suporte operacional. Contribuíram, ainda, os acréscimos em Locação (+R\$ 31.052 mil), Depreciação/Amortização (+R\$ 23.978 mil) e Despesas de Pessoal (+R\$ 45.372 mil).

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Despesas de Pessoal	(737.128)	(691.756)
Depreciação/Amortização	(97.172)	(73.194)
Locação	(93.972)	(62.920)
Manutenção	(56.926)	(46.539)
Comunicação	(6.056)	(6.102)
Serviços Profissionais	(278.253)	(68.398)
Serviços Públicos	(5.947)	(6.533)
Operações Tributárias	(1.559)	(3.680)
Materiais	(376)	(496)
Gastos com Viagens	(2.577)	(2.081)
Ação Educacional	(534)	(337)
Publicidade	(75)	(1)
Exploração de Serviços	(116.532)	(106.263)
Outros custos	3.045	1.719
Totais	(1.394.062)	(1.066.581)

24.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

As despesas operacionais do período são segregadas, por natureza, em despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais, cuja composição é detalhada nos subitens a seguir.

24.3.2.1 Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 74.284 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 49.401 mil no mesmo período de 2025. A variação de R\$ 24.883 mil concentra-se, essencialmente, nas despesas de pessoal (+R\$ 25.531 mil), acompanhando a estrutura de força de trabalho alocada à área comercial.

NOTA 24 (continuação)

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Despesas de Pessoal	(68.185)	(42.654)
Depreciação/Amortização	(525)	(171)
Locação	(85)	(45)
Manutenção	(297)	(535)
Comunicação	(38)	(42)
Serviços Profissionais	(787)	(335)
Serviços Públicos	(144)	(183)
Materiais	(429)	(12)
Gastos com Viagens	(1.186)	(613)
Ação Educacional	(75)	(21)
Publicidade	(2.586)	(3.304)
Outras despesas	53	(1.486)
Totais	(74.284)	(49.401)

24.3.2.2 Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 769.789 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 693.756 mil no mesmo período de 2025 — acréscimo de R\$ 76.033 mil (11,0%).

A variação decorreu, principalmente, do aumento da depreciação e amortização (+R\$ 82.840 mil), reflexo do reconhecimento da depreciação dos ativos de tecnologia arrendados, e das despesas de pessoal (+R\$ 24.934 mil). Em sentido oposto, houve redução do resultado com ações judiciais (de R\$ 59.073 mil para R\$ 29.090 mil, -R\$ 29.983 mil) e das despesas tributárias.

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Despesas de Pessoal	(504.129)	(479.195)
Depreciação/Amortização	(126.450)	(43.610)
Locação	(23.742)	(13.995)
Manutenção	(24.775)	(18.779)
Comunicação	(580)	(708)
Serviços Profissionais	(44.591)	(56.364)
Serviços Públicos	(6.653)	(6.231)
Operações Tributárias	(4.079)	(11.417)
Materiais	(258)	(331)
Gastos com Viagens	(4.641)	(3.239)
Ação Educacional	(1.606)	(1.887)
Publicidade	(1.185)	(1.081)
Resultado com ações Judiciais	(29.090)	(59.073)
Exploração de Serviços	(953)	(218)
Outras despesas	2.943	2.372
Totais	(769.789)	(693.756)

NOTA 24 (continuação)

24.3.2.3 Ganhos/Perdas Líquidas e Outras despesas e receitas operacionais

Descrição	Perdas Líquidas	Outras despesas e receitas operacionais		
	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Créditos a Receber	(8.422)	7.580	0	0
Outras despesas	0	0	(369)	(2.814)
Totais	(8.422)	7.580	(369)	(2.814)

As perdas líquidas com créditos a receber decorrem da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), reconhecida no período em R\$ 8.422 mil, ante uma reversão líquida de R\$ 7.580 mil no primeiro semestre de 2025 — inversão que reflete a atualização do risco de recebimento da carteira de clientes. As outras despesas e receitas operacionais líquidas somaram R\$ 369 mil no período.

24.3.3 Gasto total

O quadro a seguir apresenta o gasto total do período, correspondente à soma dos custos dos serviços prestados (NE 24.3.1) e das despesas operacionais (NE 24.3.2), consolidado por natureza e apresentado de forma comparativa.

O gasto total somou R\$ 2.246.928 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 1.804.971 mil no mesmo período de 2025 — acréscimo de R\$ 441.957 mil (24,5%), inferior ao crescimento da receita líquida (47,9%), o que evidencia o ganho de eficiência operacional do período. As variações mais relevantes concentraram-se nos serviços profissionais (+R\$ 198.534 mil), na depreciação e amortização (+R\$ 107.172 mil) — reflexo dos ativos de tecnologia arrendados — e nas despesas de pessoal (+R\$ 95.837 mil).

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Despesas de Pessoal	(1.309.442)	(1.213.605)
Depreciação/Amortização	(224.147)	(116.975)
Locação	(117.799)	(76.960)
Manutenção	(81.998)	(65.853)
Comunicação	(6.674)	(6.852)
Serviços Profissionais	(323.631)	(125.097)
Serviços Públicos	(12.744)	(12.947)
Créditos a Receber	(8.422)	7.580
Operações Tributárias	(5.638)	(15.097)
Materiais	(1.063)	(839)
Gastos com Viagens	(8.404)	(5.933)
Ação Educacional	(2.215)	(2.245)
Publicidade	(3.846)	(4.386)
Resultado com ações Judiciais	(29.090)	(59.073)
Exploração de Serviços	(117.485)	(106.481)
Outros	5.670	(208)
Totais	(2.246.928)	(1.804.971)

A estrutura de gastos do SERPRO, de R\$ 2.246,9 milhões, foi composta por 62,0% (R\$ 1.394,1 milhões) de custos e 38,0% (R\$ 852,9 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 442,0 milhões do gasto total (+24,5%) na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas, destacam-se:

Despesas com pessoal: aumento de R\$ 95,8 milhões (+7,9%) no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. Os gastos totalizaram R\$ 1.309,4 milhões no período, sendo R\$ 737,1 milhões no CSP e R\$ 572,3 milhões em despesas. Esse movimento decorre de fatores que pressionaram a folha — como ACT, reoneração, anuênios, promoções e incorporações —, elevando Remuneração e Encargos Sociais, com destaque para o aumento dos encargos sociais devido à reoneração da folha. Em sentido oposto, a redução do quadro de empregados, as indenizações e os efeitos atuariais do PDV contribuíram para diminuir os gastos, indicando desaceleração no ritmo de crescimento da despesa no período.

NOTA 24 (continuação)

Serviços Profissionais e Contratados: aumento de R\$ 198,5 milhões (+158,7%) no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. O crescimento foi impulsionado pelos gastos com serviços de tecnologia, especialmente na rubrica de Nuvem e Tecnologias, associados à ampliação de contratos e à maior demanda por infraestrutura e suporte operacional. O movimento reflete a expansão do uso de serviços especializados e a execução de projetos vinculados à modernização tecnológica e à sustentação das operações. Os cinco principais serviços que compõem o grupo estão apresentados a seguir.

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Nuvem e Tecnologias (Parcerias)	(277.520)	(81.541)
Despesas operacionais Cassi	(11.746)	(11.088)
Consultoria de TI	(5.470)	(1.778)
Serv. vigilância e segurança	(8.486)	(8.515)
Serviço de limpeza	(5.055)	(4.685)
Demais serviços contratados	(15.354)	(17.490)
Total	(323.631)	(125.097)

Depreciação e Amortização: aumento de R\$ 107,2 milhões (+91,6%) no primeiro semestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. A variação é explicada, principalmente, pelo reconhecimento da depreciação de equipamentos de informática arrendados, que totalizaram R\$ 87,2 milhões no período, associado à expansão dos contratos de arrendamento vinculados à infraestrutura de nuvem. ~~Cumprir apontar que o crescimento dos gastos foi impulsionado principalmente pelo aumento do Custo dos Serviços Prestados (CSP), que avançou 30,7%, enquanto as despesas cresceram 15,5%. Como consequência, a participação do CSP na composição dos gastos passou de 59,1% para 62,0%, enquanto a participação das despesas reduziu de 40,9% para 38,0%, refletindo maior representatividade dos custos diretamente associados à prestação de serviços e à expansão das operações.~~

24.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do período foi positivo em R\$ 132.643 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 123.738 mil no mesmo período de 2025, decorrente de receitas financeiras de R\$ 189.691 mil e despesas financeiras de R\$ 57.048 mil.

Receitas Financeiras	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Juros sobre aplicações financeiras	147.891	104.481
Atualização sobre créditos tributários	12.796	14.274
Multas e juros de clientes	4.878	10.203
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	9.574	8.035
Atualização de créditos junto à EFPC	4.598	4.897
Variações cambiais de arrendamentos	4.911	-
Outras receitas financeiras	5.041	4.160
Total das Receitas Financeiras	189.691	146.050

Despesas Financeiras	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Atualização de dividendos	4.815	9.425
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	4.668	4.561
Variações cambiais	6.774	4.252
Descontos concedidos a clientes	29.031	3.650
Derivativos Cambiais	5.541	-
Juros e variações cambiais de arrendamentos	5.700	-
Outras despesas financeiras	519	424
Total das Despesas Financeiras	57.048	22.312
Resultado Financeiro	132.643	123.738

NOTA 24 (continuação)

As despesas financeiras totalizaram R\$ 57.050 mil no primeiro semestre de 2026, ante R\$ 22.312 mil no mesmo período de 2025. A elevação de R\$ 34.738 mil concentrou-se, principalmente, nos descontos financeiros concedidos a clientes (+R\$ 25.381 mil) e no surgimento de despesas com derivativos cambiais (R\$ 5.541 mil) e juros e variações cambiais de arrendamentos (R\$ 5.700 mil), rubricas sem correspondência no período anterior.

Ainda assim, o resultado financeiro líquido manteve-se positivo em R\$ 132.643 mil, superior aos R\$ 123.738 mil do primeiro semestre de 2025, sustentado pelo crescimento das receitas com aplicações financeiras, que mais do que compensou a elevação das despesas.

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, do aumento dos juros sobre as aplicações financeiras, pela manutenção de recursos em contas de rendimento para cobrir as necessidades de caixa futuras. Quanto à variação da despesa financeira, destacam-se os descontos concedidos a clientes devido ao programa de desconto pontualidade (antes do vencimento); a atualização dos dividendos (obrigatório e adicional) até a data do efetivo pagamento, bem como o aumento das variações cambiais ocorridas no período.

24.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual. No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

24.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL com base no lucro real. Os tributos sobre o lucro do período totalizaram R\$ 95.687 mil, ante R\$ 38.921 mil no primeiro semestre de 2025, conforme composição a seguir.

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
IRPJ e CSLL correntes	(44.266)	(38.297)
IRPJ e CSLL diferidas	(51.421)	(624)
Total	(95.687)	(38.921)

24.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

O quadro a seguir concilia a despesa nominal de tributos sobre o lucro — obtida pela aplicação da alíquota combinada de 34% (IRPJ de 25% e CSLL de 9%) sobre o resultado antes dos tributos — com a despesa efetivamente reconhecida, evidenciando os ajustes decorrentes de adições, exclusões e do regime tributário aplicável ao SERPRO.

NOTA 24 (continuação) · 24.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	920.022	370.170
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(312.807)	(125.858)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	268.541	87.561
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	151.545	48.244
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	110.701	2.133
Juros sobre capital próprio	46.067	33.649
Outras adições e exclusões	(11.119)	(3.562)
Compensação de Prejuízo Fiscal	-	6.181
Prejuízo Fiscal apurado	(28.653)	-
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	-	916
(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)	(44.266)	(38.297)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	(51.421)	(624)
(d) Total dos Tributos Diferidos	(51.421)	(624)
(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)	(95.687)	(38.921)
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-10,40%	-10,51%

O principal fator redutor da carga tributária é a exclusão do lucro atribuído ao setor público (R\$ 151.545 mil), decorrente da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, "a", da Constituição Federal), cuja apuração é detalhada na NE 24.5.3. A dedução dos juros sobre capital próprio (R\$ 46.067 mil) e o efeito das diferenças temporárias completam os ajustes mais relevantes. Como resultado, a alíquota efetiva situou-se em 10,4%, ante 10,5% no primeiro semestre de 2025.

A alteração da alíquota efetiva de 2025 para 2026 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025
Provisão Ativa Receita a Faturar	(264.308)	(46.154)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	11.396	7.847
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	2.330	(10.991)
Passivo atuarial	19.074	25.681
Provisões sobre imunidade tributárias	(10.278)	(31.523)
Provisões sobre Medidas Compensatórias	20.397	13.324
Provisões acordo coletivo de trabalho	-	52.203
Arrendamento	(112.899)	-
Demais provisões passivas	8.694	(16.661)
Total	(325.594)	(6.274)
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias	110.702	2.133

A principal diferença temporária refere-se à Provisão Ativa de Receita a Faturar (R\$ 264.308 mil), decorrente do reconhecimento contábil da receita ao longo do tempo (CPC 47), cuja tributação ocorre em momento distinto — montante que reconcilia com o respectivo ajuste na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Destaca-se, ainda, a nova diferença temporária de Arrendamento (R\$ 112.899 mil), resultante do descasamento entre a despesa contábil dos contratos (depreciação e encargos, CPC 06) e a dedutibilidade fiscal pelo regime de pagamentos. O efeito tributário total dessas diferenças (R\$ 110.702 mil, à alíquota de 34%) compõe os ajustes apresentados na conciliação da despesa tributária (NE 24.5.2).

NOTA 24 (continuação)

24.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Em razão da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, "a", da Constituição Federal), o resultado atribuível aos serviços prestados ao setor público é excluído da base de cálculo do IRPJ. A segregação da receita entre setor público e privado — parâmetro para a apuração da parcela imune — é obtida a partir da receita operacional líquida a distribuir, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	até 2º Tri 2026	%	até 2º Tri 2025	%
Receita Operacional Líquida	3.034.307		2.051.403	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(264.308)		(46.154)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	2.769.999		2.005.249	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.146.187	77,4797	1.564.803	78,0353
Receita líquida atribuída ao setor privado	623.812	22,5203	440.446	21,9647

A apuração do imposto de renda alcançado pela imunidade parte do lucro antes dos tributos, ajustado pelas adições e exclusões de natureza permanente — com destaque para a exclusão da receita financeira que excede a despesa financeira (R\$ 143.366 mil), não alcançada pela imunidade.

Descrição	até 2º Tri 2026	%	até 2º Tri 2025
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	920.022		370.170
Adições/Exclusões	(137.648)		(122.879)
Tributos com exigibilidade suspensa	4.650		3.815
Realização de Reserva de Reavaliação	640		652
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	59		73
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	369		555
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(143.366)		(127.974)
Lucro Líquido ajustado a atribuir	782.374		247.291
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	606.181	77,4797	192.974
Lucro atribuído ao Setor Privado	176.193	22,5203	54.317
IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público	151.545		48.244

Sobre o lucro ajustado a atribuir (R\$ 782.374 mil), aplica-se o percentual de participação do setor público (77,48%), apurando-se o lucro imune de R\$ 606.181 mil. A esse montante aplica-se a alíquota do IRPJ (25%), resultando na exclusão de R\$ 151.545 mil — valor que compõe os ajustes da conciliação da despesa tributária (NE 24.5.2).

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ, que corresponde à exclusão de R\$ 151,5 milhões do IRPJ corrente, no período atual.

NOTA 24 (continuação)

24.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2025	DRE	PL	Jun/2026
(a) Ativo fiscal diferido – Não Circulante	188.698	140.765	1.023	330.486
Arrendamento	0	130.069	0	130.069
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	71.055	2.906	0	73.961
Passivo Atuarial	13.365	2.981	274	16.620
Instrumentos Financeiros	0	0	740	740
Provisões sobre imunidade tributárias	44.657	(330)	0	44.327
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	13.091	486	0	13.577
Provisões trabalhistas	26.670	1.465	0	28.135
Medidas compensatórias	14.716	3.147	0	17.863
Outras provisões	5.144	41	9	5.194
(b) Passivo fiscal diferido – Não Circulante	(82.319)	(192.186)	0	(274.505)
Arrendamento	0	(151.575)	0	(151.575)
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(27.007)	(38.967)	0	(65.974)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(21.356)	(690)	0	(22.046)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(15.179)	(74)	0	(15.253)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(18.777)	(880)	0	(19.657)
(c) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (a) + (b)	106.379	(51.421)	1.023	55.981

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis, observados os critérios do CPC 32 — Tributos sobre o Lucro. Os saldos de ativo e passivo fiscal diferido são apresentados de forma líquida no Ativo Não Circulante, por se referirem à mesma entidade tributável e à mesma autoridade fiscal, e por existir direito legalmente executável de compensação, nos termos dos itens 71 a 74 do CPC 32.

Em 30/06/2026, o ativo fiscal diferido líquido totalizava R\$ 55.981 (R\$ 106.379 em 31/12/2025), composto por R\$ 330.486 de ativos fiscais diferidos e R\$ 274.505 de passivos fiscais diferidos.

A redução de R\$ 50.398 no saldo líquido decorre substancialmente do reconhecimento, no semestre, dos efeitos fiscais diferidos do contrato de arrendamento de equipamentos de tecnologia (NE 21), que gerou ativo fiscal diferido de R\$ 130.069 sobre o passivo de arrendamento e passivo fiscal diferido de R\$ 151.575 sobre o ativo de direito de uso — efeito líquido de R\$ 21.506 no resultado. Contribuíram ainda para a variação o crescimento do passivo fiscal diferido sobre a provisão ativa de receita a faturar (CPC 47), de R\$ 38.967, acompanhando a expansão do faturamento no período.

Do total movimentado, R\$ 51.421 foram reconhecidos no resultado do período, como despesa de tributos diferidos, e R\$ 1.023 em Outros Resultados Abrangentes, referentes aos efeitos fiscais das remensurações de planos de benefício pós-emprego (R\$ 274) e da parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa (R\$ 740), conforme demonstrado na Demonstração do Resultado Abrangente.

24.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	920.022	920.022	-
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(312.807)	(312.807)	-
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	268.541	185.063	83.478
Incentivos fiscais	-	2.547	(2.547)
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	145.649	145.649	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	151.545	-	151.545
AFD sobre Prejuízo Fiscal não constituído	(28.653)	36.868	(65.521)
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)	(44.266)	(127.744)	83.478

NOTA 24 (continuação)

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 83,5 milhões, passando de R\$ 44,3 milhões para aproximadamente R\$ 127,7 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

NOTA 25

Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpro – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

25.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

25.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - Balanço

Operação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Letras Financeiras Tesouro Santa Catarina		134.364		
Retenções e repasses			11.175	
Contribuições Paritárias			13.434	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				2.164
Total		134.364	37.953	2.164

O valor de R\$ 134,4 milhões no Ativo Não Circulante (faz parte do grupo Créditos Realizáveis a Longo Prazo) refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório é de R\$ 324,2 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 961ª posição.

25.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas até jun/2026
Contribuições à EFPC	(78.729)
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	4.598
Total	(74.131)

NOTA 25 (continuação)

25.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)			x	
	Presidente	Kleber Pereira dos Santos		
	Conselheiro	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Joyce Neyara Santos Lobo		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	Marco Aurélio Sobrosa Friedl		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Ana Maria Mallmann Costi		x
	Conselheiro	Tiago Corrêa de Araujo		x
	Conselheiro	Guaraçay Augusto Ribeiro da Silva	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	
		Participante/ Beneficiário	Eleição	
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes	x	

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

25.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

25.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal. Os 10 maiores estão elencados a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta até 2º Tri 2026	Receita Bruta até 2º Tri 2025	Receita Bruta no 2º Tri 2026	Receita Bruta no 2º Tri 2025
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.561.039	1.071.182	860.762	554.175
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	298.388	385.350	159.855	228.454
Caixa Econômica Federal	162.954	81.217	92.361	47.540
Ministério dos Transportes	161.707	89.157	83.494	55.755
Ministério do Trabalho	56.106	0	28.163	0
Ministério da Justiça e Segurança Pública	43.916	33.206	22.647	30.934
Empresa de Tecnologia e Informações	36.473	0	21.161	0
Coord Geral de Recursos Logísticos - MTB	36.225	0	22.626	0
Ministério da Saúde	23.769	14.062	0	0
Ministério da Educação	14.674	15.002	0	0

NOTA 25 (continuação)

25.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Pública Federal, o excedente de caixa no importe de R\$ 2.289,9 milhões (Nota 4) e os depósitos judiciais e recursais efetuados a pedido da justiça alcançaram o montante de R\$ 331,7 milhões (Nota 19.3).

25.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas – Balanço Patrimonial

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR). Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo, considerando o que preconiza o Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de junho de 2026, o SERPRO contava com 1.262 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Jun/2026	Dez/2025
Ressarcimento - Folha de pagamento	47.523	50.708
Provisões ACT	0	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	4.595	4.595
Total Circulante	52.118	55.303
Ressarcimento - Sentenças judiciais (b)	155.641	155.641
Ressarcimento - Processos Trabalhistas (c)	150.688	147.586
(-) Redução ao valor recuperável	(12.502)	(12.502)
Total Não Circulante	293.827	290.725

No circulante o saldo de maior destaque (R\$ 47,5 milhões em 2026) é referente às Notas de Ressarcimento (NR) emitidas contra órgãos da administração pública federal pelas obrigações mensais. Já no ativo não circulante constam saldos a receber relacionados às sentenças judiciais de PSEs, em que o Serpro desembolsou recursos para tais pagamentos e, posteriormente, emitiu NRs contra os órgãos de atuação desses PSEs.

25.2.3.1 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas - Resultado

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 2º trimestre de 2026 foram emitidos R\$ 93,5 milhões em NRs, cujos 05 órgãos em maior volume financeiro encontram-se elencados a seguir:

	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025	no 2º Tri 2026	no 2º Tri 2025
Secretaria da Receita Federal do Brasil	59.596	67.530	25.100	34.500
Minist da Fazenda	12.337	13.423	5.098	6.814
Advocacia-Geral da União	6.842	7.644	2.796	3.847
Minist Gestão Inovação Serv Públicos	5.848	7.807	2.255	3.950
Presidência da República	2.363	2.759	993	1.413
Demais órgãos	6.509	7.420	2.840	3.642
Total	93.495	106.584	39.082	54.166

25.2.4 – Medidas Compensatórias

As Medidas Compensatórias são valores que o Serpro devolve a alguns clientes, decorrentes da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores devolvidos no período estão apresentados a seguir:

NOTA 25 (continuação) · 25.2.4 Medidas Compensatórias

	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025	no 2º Tri 2026	no 2º Tri 2025
Ministério dos Transportes	73.429	56.593	36.896	33.092
Secretaria da Receita Federal do Brasil	15.991	24.275	4.978	6.183
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	0	12.288	0	6.223
Total	89.419	93.156	41.874	45.498

25.2.5 – Compartilhamento de Espaços

O Serpro aperfeiçoa continuamente a gestão dos espaços físicos, inclusive com o compartilhamento de espaços com órgãos da Administração Pública. Durante todo o período foram recuperados valores dos referidos órgãos, cujos 05 principais estão destacados na lista a seguir:

	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025	no 2º Tri 2026	no 2º Tri 2025
Instit Bras de Geografia e Estatística	1.298	1.045	653	643
Caixa Econômica Federal	607	0	106	0
Instituto Nacional do Seguro Social	523	744	87	323
Instit Bras do Meio Ambiente	506	338	174	202
Agência Nacional de Mineração	495	356	194	132
Demais Clientes	2.344	1.998	1.094	1.398
Total	5.773	4.481	2.309	2.697

25.2.6 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 269,1 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. O regime adotado para PIS-PASEP/COFINS é o cumulativo. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 19.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto.

NOTA 26

Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

26.1 Remunerações

Os valores pagos até o 2º Trimestre de 2026 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

26.1.1 Valores pagos

Remuneração	até 2º Tri 2026
Empregados	1.134.685
Diretores	1.884
Conselho de Administração	164
Conselho Fiscal	92
Comitê de Auditoria	115
Soma Global	1.136.940

26.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO no trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 57.369,57. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar). A maior remuneração no trimestre foi de R\$ 73.441,60 e a menor foi de R\$ 52.052,09, também considerando

NOTA 26 (continuação)

vantagens e benefícios. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 53.621,32 para o Diretor Presidente e de R\$ 47.186,77 para os demais diretores. Em junho foi realizado pagamento de Remuneração Variável Anual para os Diretores e ex-Diretores no montante global de R\$ 580.240,99.

26.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 5.211,48/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 6.257,19/mês para cada membro.

26.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variam de R\$ 2.487,94 a R\$ 74.393,25. A média salarial para esses cargos é de R\$ 17.314,26. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.708,74 e R\$ 68.327,74 e média de R\$ 25.981,60. A média salarial de todos os empregados da empresa é de R\$ 18.466,75.

26.2 Empregados

Descrição	Jun/2026
Número de empregados	7.305
Quadro Interno	6.043
Quadro Externo	1.262

26.3 Benefícios

Descrição	até 2º Tri 2026
Assistência Médica	151.641
Assistência Odontológica	440
Auxílio Alimentação	49.236
Auxílio Creche	2.568
Auxílio Filhos Especiais	3.418
Previdência Complementar	78.729
Auxílio Transporte	56
Soma Global	286.088

NOTA 27

Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

27.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
Receita operacional líquida	3.034.307	2.350.972
Custo dos serviços prestados	(1.394.062)	(1.258.594)
Lucro bruto	1.640.245	1.092.378
Despesas/Receitas operacionais	(852.866)	(769.989)
Despesas com vendas	(74.284)	(67.065)
Despesas gerais e administrativas	(769.791)	(694.987)
Ganhos/Perdas Líquidas	(8.422)	(7.604)
Outras despesas e receitas operacionais	(369)	(333)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	787.379	322.389
Resultado financeiro	132.643	95.468
Receitas financeiras	189.691	146.972
Despesas financeiras	(57.048)	(51.504)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	920.022	417.856
Imposto de renda e contribuição social	(95.687)	(59.370)
Correntes	(44.266)	(34.297)
Diferidos	(51.421)	(25.072)
Lucro líquido do exercício	824.335	358.487

27.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.

NOTA 28

Serpro como Agente Executor de Políticas Públicas

Para além dos resultados financeiros consolidados nestas demonstrações, o Serpro exerce papel estruturante na execução de políticas públicas federais, mobilizando recursos próprios para viabilizar a prestação de serviços digitais essenciais a órgãos e entidades do Governo Federal e a outros entes da administração pública. Esta nota evidencia a totalidade dos recursos empregados pela Empresa na prestação desses serviços, distribuídos entre os/as programas/políticas públicas às/os quais se vinculam os respectivos clientes, viabilizando sua execução e reforçando a posição do Serpro como agente executor da Estratégia Nacional de Governo Digital.

A apuração é realizada em base acumulada desde o início dos exercícios, com os períodos até o 2º Tri 2025 e até o 2º Tri 2026 apresentados a seguir. O vínculo a política pública combina rateio proporcional ao mix de programas do Tesouro Gerencial (SIAFI) por CNPJ do órgão contratante — aplicável apenas ao segmento Governo Federal, único coberto pelo TG (Tesouro Gerencial) — e, para os demais clientes, alocação por metodologia interna.

NOTA 28 (continuação)

1.394.062

CUSTO TOTAL SERPRO — ACUMULADO DO EXERCÍCIO

vs. 1.066.581 no mesmo período de 2025 (+30,7%)

32

POLÍTICAS PÚBLICAS IDENTIFICADAS

17 programas nominados + 15 na linha combinada

Política Pública (Programa)	até 2º Tri 2026	até 2º Tri 2025	Var. %
Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento	574.794	513.597	+11,9%
Aviação Civil	58.938	42.152	+39,8%
Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	46.574	94.725	-50,8%
Segurança Pública com Cidadania	23.044	20.208	+14,0%
Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	20.739	18.065	+14,8%
Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	18.211	9.585	+90,0%
Educação Básica Democrática, com Qualidade e Equidade	13.222	0	n/a (novo)
Transporte Rodoviário	9.123	0	n/a (novo)
Defesa Agropecuária	8.640	9.657	-10,5%
Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre	6.794	7.364	-7,7%
Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasil	4.783	5.577	-14,2%
Sistema Financeiro do Futuro	2.974	4.906	-39,4%
Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	2.428	1.236	+96,5%
Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmat	1.474	1.317	+11,9%
Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	659	39.722	-98,3%
Saúde Indígena	624	0	n/a (novo)
Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustent	535	84	+540,0%
Demais políticas públicas (15 programas)	600.506	298.386	+101,3%
Total — Serpro	1.394.062	1.066.581	+30,7%

A **Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico** concentra a maior parcela do custo classificado em programa específico do TG em ambos os períodos (de 513.597 para 574.794, +11,9%), refletindo a atuação do Serpro junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Comissão de Valores Mobiliários, com destaque para os produtos Administração dos Ambientes de Redes Locais e e-Processo – Intranet.

Em **Aviação Civil** (de 42.152 para 58.938, +39,8%), os principais clientes são o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), com prestação de serviços concentrada no Sistema Renavam, no Registro Nacional de Carteiras de Habilitação e na Carteira Digital de Trânsito (CDT) — sistemas estruturantes de registro e habilitação de condutores e veículos.

A **Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos** (de 18.065 para 20.739, +14,8%) reúne órgãos do Poder Judiciário Federal — Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho, entre outros — cujo vínculo orçamentário direto no Tesouro Gerencial recai sobre programas administrativos de gestão e manutenção, não finalísticos, tendo sido reclassificados para esta política finalística com base em identificação complementar por fonte externa. Os principais produtos associados são de infraestrutura em nuvem dedicada por tribunal (STF Multicloud, STJ Multicloud e CSJT/TST Multicloud).

A **Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde** (de 9.585 para 18.211, +90,0%) tem como principais clientes o Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com destaque para a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), a Infovia Datasus e o Atestado Médico Digital.

A **Segurança Pública com Cidadania** (de 20.208 para 23.044, +14,0%) concentra-se na Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, com os produtos Sinesp CAD 3, Sinesp PPe – Procedimentos Policiais Eletrônicos e Sinesp Segurança e Auditoria. Já a **Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda** (de 94.725 para 46.574, -50,8%) tem como cliente principal o Ministério do Trabalho e Emprego, com os produtos eSocial Web Doméstico, FGTS Digital – Sistema de Cobrança e FGTS Digital – Sistema de Recepção e Consolidação.

O crescimento da linha combinada “Demais políticas públicas” decorre principalmente da expansão da carteira Não-Federal (destaque para a Caixa Econômica Federal). Ainda dentro da referida linha, destacam-se os programas: Digitalização de Serviços Estaduais e Municipais; Transformação Digital do Estado e da Economia; Operacionalização de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico e Inclusão Financeira por Instituições Financeiras Públicas Federais; Digitalização de Serviços das Atividades de Estado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS · 2º TRIMESTRE 2026 · GRANDEZAS PATRIMONIAIS

Tecnologia a serviço do Estado brasileiro.

O SERPRO, principal agente executor da Estratégia Nacional de Governo Digital, converte solidez financeira em investimento direto na modernização do Estado e na operação de soluções de tecnologia de alta criticidade para a sociedade brasileira.

R\$ 7,19_{bi}

ATIVO TOTAL
30/06/2026

R\$ 3,75_{bi}

PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30/06/2026

R\$ 2,35_{bi}

CAIXA E
EQUIVALENTES

R\$ 2,01_{bi}

IMOBILIZADO
+ INTANGÍVEL